

**Folias de Reis: devoção e sociabilidade no pós – abolição.
(Baixada Fluminense – Década de 1950)**

Resumo:

Esta monografia analisa as Folias de Reis na Baixada Fluminense na década de 1950, levando em consideração a migração de negros e pardos do Vale do Paraíba para a região. Para isso, discutiremos a bibliografia sobre o pós-abolição, traçaremos uma breve história da Baixada Fluminense, ressaltando os aspectos que atraíram a população migrante para a região.

Em seguida, apresentaremos os referenciais teóricos que serviram de base para essa pesquisa, pautando-se principalmente em Fredrik Barth. E por fim, ressaltaremos os aspectos gerais das Folias de Reis, analisando as mudanças ocorridas no festejo, a repressão e as formas de sociabilidade estabelecidas pelo festejo.

Folias de Reis: devoção e sociabilidade no pós – abolição.
(Baixada Fluminense – Década de 1950)

Amanda Scott da Silva.

Monografia apresentada ao curso de História
como requisito parcial para a obtenção do
Título de Licenciado em História, do Instituto
Multidisciplinar da Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro.

Orientador:
Prof. Dr. Carlos Eduardo C. da Costa.

Nova Iguaçu
2014

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Carlos Eduardo C. da Costa (Orientador)
Instituto Três Rios
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr.^a Caetana Maria Damasceno
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr.^a Renata Figueiredo Moraes
Instituto de História
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Agradecimentos:

Agradecer às pessoas que são importantes para mim é algo muito difícil, porém necessário.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a pessoa mais importante da minha vida, que sem ela nada disso seria possível, Dona Célia, minha querida mãe. Faltam palavras pra exprimir tamanho agradecimento e admiração. Minha mãe é um exemplo de mulher, forte, guerreira e uma mãezona à sua maneira. Obrigada, mãe, por tudo. Pela vida, por ser meu porto seguro, por ser um exemplo. Obrigada por ter acreditado em mim mais do que qualquer um. E muito obrigada pelos sermões e pelas palavras incentivo. Essa vitória também é sua.

Deixo meu agradecimento aos meus irmãos, Marcelo e Adriana, pelo apoio que deram ao longo dessa jornada. Em especial à minha irmã, Adriana, a quem eu serei eternamente grata pela força que me deu durante toda a minha vida, sendo quase uma mãe pra mim.

Às minhas amigas de infância e de escola, obrigada por compreender minha ausência, principalmente nos últimos meses. Aqui, deixo meu agradecimento especial a Andreia, pela paciência por me aturar desde criança, à Talita, com quem eu troco figurinhas sobre licenciatura e à Dezirrê, companheira de uma vida. À Ilda e à Marcela, meninas da escola, amigas do coração que o tempo não separou. Obrigada pelo apoio e pela compreensão. Obrigada por tudo que já fizeram por mim. E obrigada por me proporcionarem momentos onde pude esquecer das obrigações da graduação e me divertir com cada uma de vocês.

Agradeço aos meus sogros, Ruth e Jorge, por me acolherem todos os fins de semana e me tratarem tão bem. Obrigada por me aturarem e desculpa pelo abuso.

Durante a graduação, conheci professores em que tive o prazer de assistir aula e pude aprender algo além de História. Vocês são exemplos de profissionalismo e dedicação. Marcos Caldas, Roberto Guedes, Alvaro Nascimento, Alexandre Fortes, Surama Conde, Marcello Basile, Graciela Garcia, Lúcia Helena, Miriam Cabral, Marcelo Berriel, Ítalo Santirocchi e tantos outros: a vocês meu muito obrigada. São grandes professores que contribuíram de alguma forma para a minha formação.

Em especial, gostaria de agradecer ao Carlos Eduardo da Costa, meu orientador, que aceitou me orientar com muita boa vontade. Obrigada pela paciência, pela orientação e por ter

acreditado em mim e nesse projeto. Muito obrigada!

Obrigada aos meus companheiros de PIBID, Daniel, Paula, Lígia, Cássia e Manoel pelos momentos em sala de aula. Aprendi muito com cada um de vocês.

A graduação não se faz só de sofrimento. Durante o longo tempo em que estive na UFRRJ conheci pessoas maravilhosas e fiz amigos pra lá de especiais. Nelsinho, Vini, Cabelo, Jeniffer, Juliana, Claudielle, XIV, Matheus, Yuri, Robertinho, Guilherme, Léo, Luiz Gabriel, Allofs, Malú, Ismael, Alamino, Anderson Leon, Hugo, Geison e Lívia. Cada um de vocês contribuiu de alguma forma pra eu chegar até aqui, seja com dicas e ajudas, seja com bobearas cotidianas. Obrigada por tornarem a graduação mais divertida.

À Larissa, por ter se tornado a companheira da monografia e de pesquisa. Já nos desesperamos bastante, mas chegou nossa hora.

Aos amores que a Rural me deu, Mariana, Thais e Stephanie. Sem vocês tudo seria sem graça, cansativo e pesado. Vocês tornaram minha jornada muito mais prazerosa. Muito obrigada pela amizade e pelo carinho. Vocês foram essenciais. E um obrigada especial pra Carolina, uma das pessoas mais generosas que conheci na minha vida. Obrigada pelos textos, pelos trabalhos formatados e impressos. Não sei como um coração tão grande pode caber numa pessoa tão pequena, meu pequeno hobbit.

Ao Guilherme, obrigada por tudo. Por ser a pessoa que me ouve, que puxa minha orelha e que está comigo sempre. À Daiane, obrigada por deixar a porta da sua casa sempre aberta, por fazer nossa relação dar certo [risos] e por ser essa pessoa sensacional. E um muito obrigada ao Adriano, parceiro de seminários e trabalhos, por me ajudar sempre que preciso e por ser um amigo. Vocês são especiais demais pra mim.

Ao meu namorado, amor e amigo Rafael, mais um presente que a Rural me deu, por ter me dado todo suporte e apoio nessa reta final. Obrigada por ir comigo em encontro de Folias, por ter me ouvido falar sobre a pesquisa, por me tranquilizar nos momentos de tensão. Obrigada por tanta coisa. Você é incrível. Te amo.

Meu muito obrigada a todos os foliões que de forma muito simpática conversaram comigo. Obrigada ao Sidney, filho da D. Mariana e folião da Folia Estrela Nossa Senhora do Rosário, de Mesquita, e ao Mestre Nêgo, da Folia Boas Novas de Belém, de Austin. Obrigada por manterem as Folias de Reis vivas.

Sumário:

Introdução	8
Capítulo 1 – O pós-abolição e a Baixada Fluminense	11
Baixada Fluminense: uma breve história	20
Capítulo 2 - Cultura Afro-brasileira e Fronteira étnica	26
Capítulo 3 – As Folias de Reis	33
A organização das Folias	36
Folias de Reis na Baixada Fluminense	39
Conclusão	42
Anexos	44
Bibliografia	53

Introdução.

O objetivo desta monografia é fazer uma análise sobre as Folias de Reis na Baixada Fluminense durante a década de 1950, relacionando o festejo com a inserção da população que saiu do Vale do Paraíba para essa região. Para isso, além de fazer uma análise sobre a bibliografia do tema, utilizarei jornais da década de 1950, que se encontram disponíveis na hemeroteca da Biblioteca Nacional e na hemeroteca do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.

A Folia de Reis é uma manifestação cultural e religiosa presente em diversas regiões do nosso país. De acordo com folcloristas da década de 1960, ela é de origem europeia, trazida para o Brasil pelos portugueses durante a colonização e utilizada por padres jesuítas no processo de catequese.¹ Encaradas por muitos como folclore, as Folias de Reis são vistas por seus praticantes como religião, promessa e devoção, estando ligadas, portanto, ao catolicismo popular.²

No estado do Rio de Janeiro, as Folias eram muito comuns nas áreas de plantations do Vale do Paraíba. Essa região concentrava grande parte da mão de obra escrava.³ Foram levadas para a Baixada Fluminense através do processo de migração de libertos e seus descendentes, oriundos do Vale do Paraíba. Essa população migrou para a Baixada em busca de melhores condições de vida.

Com o fim da escravidão em 13 de maio de 1888, os recém-libertos e ex-senhores precisaram encontrar novos meios de relações sociais e novos arranjos de trabalho, a fim de se

1 SILVA, Antonio Rodrigues da. *“Folias de Reis na Baixada Fluminense: reprodução das relações sócio-culturais do campo no tecido urbano.* 1987. 169f. Dissertação. (Mestrado em Ciências) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1987. p. 52.

2 COSTA, Carlos Eduardo Coutinho da. Folia de reis, a metáfora da migração: A Folia de Reis e a migração de pretos e pardos no pós-abolição: Vale do Paraíba e baixada Fluminense (1888-1940). In: Martha Abreu; Matheus Serva. (Org.). *Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil.* Niterói: Eduff, 2011, p. 391-413. p. 395.

3 COSTA, Carlos Eduardo Coutinho da. *Campesinato Negro no Pós-Abolição: migração, estabilização e registros civis de nascimento. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ. (1888 – 1840).* 2008. Dissertação. (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2008.

adaptarem a nova conjuntura do país. O capítulo 1 apresentará uma pequena discussão bibliográfica acerca do tema. Neste capítulo, veremos como os libertos e seus descendentes conseguiram estabelecer novas relações sociais e de trabalho com os ex-senhores e proprietários. Discutiremos a importância da pequena propriedade e sua ligação com a liberdade desejada por negros e pardos.

Ainda no capítulo 1, discutiremos a migração, processo muito comum em diversos lugares durante o pós-abolição, analisando quais foram os motivos que levaram a migração. Ainda no contexto da migração, veremos alguns casos de trajetórias familiares. Encerrando esse capítulo, veremos brevemente como a figura do negro foi discutida no que se refere a identidade nacional e as manifestações culturais afro-brasileiras, no qual as Folias de Reis podem ser inseridas.

O capítulo 2 se divide em duas partes. A primeira parte trata de uma breve história da Baixada Fluminense, comentando sobre a experiência do café até chegar ao ciclo da laranja. Nessa parte, ressaltaremos os fatores mais importantes que atraíram a população do Vale do Paraíba para a região. A segunda parte se constitui de uma breve história da Baixada Fluminense, nessa parte, ressaltaremos os fatores mais importantes que atraíram a população do Vale do Paraíba para a região.

No segundo capítulo, mostraremos brevemente algumas ideias sobre a presença do negro nas discussões sobre identidade nacional. Posteriormente, apresentaremos os referenciais teóricos que serviram de base para essa pesquisa. Será utilizada as noções de Fredrik Barth acerca de cultura e identidade étnica, afim de respaldar as análises sobre as Folias de Reis.

Ainda no segundo capítulo, faremos uma discussão sobre a cultura afro-brasileira e suas manifestações. Utilizarei, também, as noções da historiadora Martha Abreu no que se refere à cultura popular, uma vez que entendo Folias de Reis como parte da cultura popular.

Por fim, no capítulo 3, trabalho as Folias de Reis. Nessa parte, faremos uma descrição das Folias de Reis, mostrando sua organização e configuração, ressaltando os elementos mais importantes do festejo. A partir daí, faremos uma análise das Folias de Reis na Baixada Fluminense, ressaltando as mudanças e as continuidades, bem como a receptividade da

manifestação na região.

Capítulo 1 – O pós-abolição e a Baixada Fluminense.

A escravidão marcou a história do continente americano. Ainda que parte das colônias da América Espanhola tenham utilizado o trabalho compulsório de indígenas, a mão de obra africana foi utilizada em diversos locais para a realização de variados trabalhos, sobretudo nas *plantations*. As relações sociais e de trabalho estavam calcadas no sistema escravista. Com o fim desse sistema e a emancipação dos escravos, os ex-senhores e ex-escravos repensaram e reconfiguraram tais relações.

O pós-abolição foi um período marcado pela busca de novos meios de sobrevivência e arranjos de trabalho de libertos e seus descendentes. Diversos historiadores tem se debruçado sobre o período, a fim de compreendê-lo e tecer comparações entre os países onde ocorreu escravidão.

A análise do pós-abolição no Brasil deve ser feita a partir de recortes geográficos e temporais, uma vez que as consequências da abolição não se deu da mesma forma em todo o Brasil. Porém, é possível notar algumas semelhanças entre as regiões do país.

A notícia sobre a abolição causou uma imensa agitação. O medo de que a abolição fosse uma ameaça à ordem pública esteve presente. Outro aspecto semelhante foi que, em diversas regiões do Brasil, os grandes proprietários de terra ficaram receosos com possíveis revoltas.

Mas esse não era o único medo dos proprietários. Outra preocupação se referiu sobre o mundo do trabalho. O medo de que os libertos abandonassem as plantações fizeram com que os ex-senhores pensassem em meios assegurar a mão de obra dos libertos ou substituí-la, como veremos adiante.

O acesso à terra foi uma questão importante para os libertos no pós-abolição. Nos Estados Unidos, por exemplo, antes da emancipação o escravo tinha direito à subsistência. Após o fim da escravidão, diversas medidas foram tomadas para impedir que o recém-liberto tivesse sua pequena propriedade. A alta taxa de tributação por indivíduos e o cercamento das propriedades, tornaram o acesso à terra difícil para os ex-escravos. Para os recém-libertos dos Estados Unidos, o acesso à terra não era visto como direito adquirido, mas como uma

compensação pelos anos de trabalho não remunerados.⁴

Em Cuba, o acesso à pequena propriedade foi alvo de muitos libertos. Essas terras serviam para o plantio de gêneros de subsistência, sendo base para a sobrevivência de uma economia familiar.⁵

Muitos dos libertos que continuavam trabalhando nas grandes plantações adquiriram sua pequena propriedade, conquistando certa liberdade sobre o tempo de trabalho nas propriedades dos empregadores. Já para os empregadores, a preferência dos libertos em trabalhar em suas pequenas propriedades significava vadiagem.⁶

Na Jamaica, a abolição e a emancipação dos escravos foi fruto de uma ideologia liberal, onde os indivíduos poderiam acumular bens que julgassem necessários. Os libertos viram nessa prerrogativa a oportunidade de conquistar seu pedaço de terra. Contudo, para as camadas dominantes, era essencial manter os recém-libertos longe das pequenas propriedades.⁷

No Brasil, o acesso à terra também aparece no cerne das tensões do pós-abolição. Em Juiz de Fora, por exemplo, o acesso à pequena propriedade representava a autonomia do liberto em relação ao trabalho, para outros, liberdade e reformulação dos laços familiares. Porém, a autora Sonia Maria de Souza ressalta que nem sempre isso foi possível. No que se refere ao trabalho para terceiros, observa-se que parte da população de libertos teve que continuar trabalhando de forma remunerada, já que a pequena propriedade não lhe garantia autonomia.⁸

A compra e a venda de terras foi bastante comum no pós-abolição. Sonia Maria Souza alega que, apesar das dificuldades encontradas pelos camponeses, muitos deles conseguiram comprar propriedades de tamanhos variados, predominando as de pequeno porte. O valor

4 FONER, Eric. *Nada Além da Liberdade: a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro, Ed.: Paz e Terra, 1988. p. 98 – 108.

5 SCOTT, Rebecca. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre (1860 – 1899)*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991. p. 234 - 237

6 Idem.

7 HOLT, Thomas. A Essência do Contrato. In: SCOTT, Rebecca. *Além da Escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005. p. 112.

8 SOUZA, Sonia Maria “Conquista a Terra: uma tentativa de garantia e manutenção da autonomia camponesa no pós-abolição” IN: *Terra, Família, Solidariedade: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870-1920)*. FUNALFA-EDUSC, 2007. passim.

dessas propriedades também se mostrou bastante variado de acordo com a época analisada.⁹

Com o fim da escravidão e a crise do Café no final do século XIX, as grandes propriedades de cafeicultores enfrentaram uma forte dificuldade financeira. O solo para o cultivo de café encontrava-se desgastado, além das pragas que atingiram as fazendas. Além disso, com o fim da escravidão, os proprietários se viram obrigados a contratar mão de obra remunerada para o trabalho, aumentando ainda mais suas dificuldades. O gado tornou-se, então, uma saída viável para diversos proprietários, já que a pastagem era mais barata e necessitava de um número menor de trabalhadores.¹⁰

Além do gado, outras atividades foram implantadas nas regiões onde o café se tornou uma atividade não lucrativa. O eucalipto e o milho foram produtos bastante cultivados nas propriedades agrícolas. Nas pequenas propriedades, a cultura de roça, sobretudo o milho, foi extremamente importante para a economia familiar.¹¹ O café também foi um produto bastante produzido nas pequenas e médias propriedades, uma vez que, mesmo em queda, possuía bom valor no mercado interno.¹²

Para Sonia Maria de Souza, o que chama atenção no processo de acesso à terra no pós-abolição é a sua relação dicotômica no que se refere à mão de obra. Se por um lado os proprietários tentaram dificultar o acesso à terra para garantir a oferta de mão de obra, por outro, observa-se a fragmentação da grande propriedade e a doação desse pequeno lote como forma de manter por perto uma quantidade relativa de trabalhadores.¹³

No oeste paulista, um elemento importante esteve presente no que tange o acesso à terra: o imigrante. Libertos e imigrantes disputaram espaço no que se refere à propriedade. Contudo, ao contrário do que afirma a historiografia tradicional, Karl Mosnma mostra que não houve uma exclusão do negro no colonato, além de alegar que não há evidências quanto às vantagens de imigrantes sobre negros nesse tipo de atividade.¹⁴

A busca pela terra no pós-abolição motivou libertos e seus descendentes a negociarem

9 Ibidem, passim.

10 Ibidem, passim.

11 RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativo*. RJ: Cia das Letras, 2005. p. 226.

12 SOUZA, 2007, op.cit., passim.

13 Ibidem, passim.

14 MOSNMA, Karl. “Vantagens de Imigrantes e Desvantagens de Negros: Emprego, Propriedade, Estrutura Familiar e Alfabetização Depois da Abolição no Oeste Paulista” In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 53, no 3, 2010. p. 516

com proprietários de terra uma série de fatores que afetaram diretamente as relações sociais e de trabalho. Muitos libertos que conseguiram suas roças continuaram trabalhando em terras de terceiros, complementando a renda familiar. Acesso à terra foi dos meios encontrados pelo liberto de se manter de forma autônoma. Contudo, essa liberdade e autonomia foram entendidas pela elite e pelos grandes proprietários como uma busca pelo ócio, e conseqüentemente encaradas como vadiagem.

Se a abolição e o acesso à terra vão afetar os arranjos de trabalho e o contrato em todo o país, novas estratégias para cooptar mão de obra e conseguir empregados vão surgir em diversos locais. A necessidade de manter o liberto dependente do trabalho mostrou-se fundamental nas sociedades no pós-abolição.

Em alguns estados norte-americanos, foram criados os Códigos Negros de 1865 e 1866, que davam aos negros direitos como o casamento, o acesso à propriedade, fazer contratos dentre outros. Contudo, tais Códigos focavam no trabalho. Na lei da vadiagem, por exemplo, o indivíduo poderia ser preso ou pagar multas caso não trabalhasse. Embora não falasse sobre cor, a lei era aplicada, em sua maioria, aos negros. Já a lei de aprendizagem ensinava os ex-escravos sobre o trabalho remunerado.¹⁵

Em Cuba, a principal mudança na vida do liberto foi referente ao trabalho remunerado e as alterações nas condições de vida. Contudo, mesmo com o trabalho remunerado, as funções exercidas pelos ex-escravos eram praticamente as mesmas que exerciam durante o período do cativoiro.¹⁶

No Vale do Paraíba, região produtora de café localizada no sudeste brasileiro, os arranjos de trabalho foram diretamente afetados pela queda da qualidade da terra. Os contratos informais de trabalho passaram por uma revisão. Rios afirma que os proprietários de terra buscavam, além da meia, conquistar lealdade e moral dos trabalhadores.¹⁷

Quanto ao salário, Ana Lugão Rios o dividirá em dois tipos. O primeiro seria o salário a “seco”, onde o trabalhador comeria na própria cozinha e seu salário era maior do que aqueles que recebiam o “molhado”. Esse tipo de trabalho possibilitava o acréscimo da renda

15 FONER, op. cit., p. 88.

16 SCOTT, op. cit., p. 245 - 249

17 RIOS, A. e MATTOS, H. op. cit., p. 238

familiar, já que mulheres e crianças poderiam trabalhar nas roças.¹⁸

Já os trabalhadores que recebiam os salários “molhados” comiam na cozinha das fazendas. Eram, geralmente, homens solteiros que trabalhavam por empreitada, tendo dificuldade em conseguir terra e constituir família. De acordo com Ana Rios:

*Nas empreitadas, as 'turmas', tanto de mulher como de homens, eram contratadas e pagas por serviço, e a divisão interna arranjada entre os trabalhadores. (...) Parte do sucesso de empreiteiros e formadores de 'turmas' estava ligada à capacidade de recrutamento dos próprios parentes.*¹⁹

Os contratos de trabalho no pós-abolição eram feitos de forma pessoal, assim como sua rescisão. As trocas de favores e a lealdade entre grandes proprietários e famílias estabilizadas foram o centro das relações de trabalho no campo.²⁰

Um dos fatores que chama atenção é a importância atribuída a Getúlio Vargas pelos trabalhadores do Vale do Paraíba. Graças a divulgação das ideias trabalhistas de Vargas, a partir de 1930, os trabalhadores começaram a enfrentar os proprietários de terra, denunciando seus abusos.²¹

No Oeste paulista, os libertos e seus descendentes disputaram trabalho com imigrantes europeus na lavoura e em trabalhos manuais. Contudo, a inserção do imigrante foi mais um fator que desestabilizou as relações de trabalho da região, além de elevar o número de desemprego e diminuir o valor dos salários.²²

Na cidade, o pós-abolição também afetou as estruturas das relações de trabalho, em diversos setores, vigentes desde a época do cativo.

Na Marinha, a renegociação dos arranjos de trabalho passou por questões que afetavam diretamente a vida do liberto. A Armada foi o destino de muitos libertos, mesmo antes do fim da escravidão. Recrutados para os postos mais baixos, os negros buscaram formas de mobilidade social dentro e fora da Marinha e melhores condições de trabalho.²³

18 Ibidem, p. 243 – 245.

19 Ibidem.

20 Ibid.

21 Ibidem, p. 249.

22 MONSMA, op. cit., p. 520.

23 NASCIMENTO, Álvaro. “Um reduto negro: cor e cidadania na armada” in: GOMES, Flávio Santos (ORGS.)

O processo de rediscussão das formas de trabalho na Marinha não foi visto de forma pacífica. O movimento que ficou conhecido como Revolta da Chibata foi a consequência do fracasso das negociações entre o baixo oficialato da Marinha, composto majoritariamente por negros, e o alto oficialato.²⁴

Outra atividade que concentrou mão de obra negra antes e depois da Abolição foi a estiva. Por exigir baixa qualificação, as atividades do porto do Rio de Janeiro atraíram pessoas pertencentes às camadas sociais mais baixas da sociedade sendo, portanto, bastante disputadas. Os trabalhadores do porto exerciam diversas funções, podendo ser observada na região uma dinamização das possibilidades de trabalho.²⁵

Também no porto, os libertos e seus descendentes tiveram que reorganizar as relações de trabalho. As manifestações que se deram nessa região do Rio de Janeiro não pleiteavam apenas contra a exploração no trabalho. As manifestações iam contra a discriminação e repressão sofrida pelos operários avulsos, geralmente homens negros, chamados de vadios.²⁶

Com a entrada de imigrantes no final do século XIX, a disputa pelos postos de trabalho aumentaram. Negros e imigrantes disputavam mercado de trabalho em diversas atividades. Vale ressaltar que os imigrantes preferiam empregar seus conterrâneos, principalmente nos cargos de confiança.²⁷

A migração no pós-abolição mostrou-se uma saída viável para os libertos que procuraram se desligar dos antigos laços senhoriais para buscar novos arranjos de trabalho. Em Cuba, o fluxo migratório majoritário não se deslocou para as áreas urbanas, mas sim para o leste do país, onde o número de negros e mulatos aumentou consideravelmente entre 1862 e 1899.²⁸

Segundo Rebecca Scott, o Leste da ilha oferecia maior acesso à terra, já que as propriedades da região apresentavam condições desfavoráveis para a produção açucareira. Além disso, a Guerra dos Dez Anos devastou parte das terras, fazendo com que o governo a

e CUNHA, Olívia M. G. *Quase-Cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 288.

24 Ibidem, p. 309.

25 CRUZ, Maria Cecília Velasco e. "Tradições Negras na Formação de um Sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. In: *Afro-Ásia*, n. 24, 2000. passim.

26 Ibidem, passim.

27 NASCIMENTO, op. cit., p. 304.

28 SCOTT, op. cit., p. 150 - 151

distribuísse para ajudar na reconstrução. Os americanos também investiram na região, construindo centrais de grande propriedade a partir de 1880. Essa configuração permitiu um futuro distinto daquele que as pequenas propriedades poderiam proporcionar à região.²⁹

Na Bahia, a migração se deu dias após o fim da escravidão, pelos motivos mais variados. Para os antigos senhores, a migração significou a desorganização do trabalho provocada pela abolição, além de vadiagem. A elite baiana solicitou ajuda ao governo imperial e provincial para reprimir os vadios. A imigração também não agradava aos proprietários, visto que ela causaria uma queda na oferta de mão de obra. Para evitar tal migração, os proprietários passaram a controlar os filhos desses libertos, já que possuíam sua tutela. Entretanto, a migração no pós-abolição não afetou a oferta de mão de obra, como pensaram os grandes proprietários.³⁰

Os lugares para onde os libertos iam eram distintos. Na Bahia, por exemplo, a maior parte se dirigiu à cidade ou a outros engenhos. Era possível perceber o trânsito sazonal de trabalhadores, que variava de acordo com o tempo das colheitas dos produtos.³¹

Walter Fraga Filho revela que muitos libertos migravam entre as lavouras para ajudar parentes e amigos. Além disso, o autor aponta para o fato de que é errôneo afirmar que ex-escravos rurais não conseguiam trabalhos nas cidades por seres despreparados, uma vez que, mesmo nas cidades, os negros encontravam trabalhos nas lavouras.³²

No Rio de Janeiro, a onda migratória ocorreu de forma semelhante do que ocorreu na Bahia. Porém os motivos foram, em algum momento, diferente do que foi apresentado acima. A autora Ana Lugão Rios relatou diversos casos em que famílias inteiras migraram de fazenda para fazenda em busca de melhores condições, fugindo de uma vida de privações, injustiças e violência.³³

A mudança de fazenda para fazenda foi bastante comum após a abolição. Algumas mulheres, porém, mesmo tendo vivido estabilizada parte da vida começaram a experimentar a

29 Ibidem.

30 FRAGA FILHO, Walter. “Outros itinerários de libertos no pós-abolição” In: *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. 1. ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006. p. 312 – 314.

31 Idem.

32 Ibidem, p. 322 -32.

33 RIOS, A. & MATTOS, H. 2005. op. cit., p. 194.

vida errante após o casamento. São nessas trajetórias que a autora encontrará o maior número de queixas no que se refere aos maus-tratos dos fazendeiros, aos salários e à moradia. Outro fator importante que pode ser associado com a trajetória dessas famílias errantes foi a substituição da produção de café pela pastagem do gado, está última menos dependente de mão de obra.³⁴

Tais trajetórias não eram exclusivas das famílias. Muitos homens solteiros partilhavam dessas experiências. Seu modo de vida nas fazendas por vezes se assemelhava aos do tempo da escravidão: vivendo em barracões masculinos, fiscalizados por capatazes e refeições coletivas. Contudo, pode-se perceber, nesses grupos trajetórias errantes, uma autonomia maior do que aqueles que conseguiram se fixar.³⁵

Esse não foi o único tipo de migração que ocorreu após o fim da escravidão. Muitos libertos, no Rio de Janeiro, saíram do Vale do Paraíba em busca de pequenas terras que pudessem se estabelecer. Isso se deu, principalmente, porque a primeira geração de filhos de libertos nascidos depois do 13 de maio, encontrou uma situação de extrema pobreza na região, além da falta de trabalho, fazendo com que essa geração optasse por migrar para locais fora do Vale do Paraíba.³⁶

Entre as décadas de 1910 e 1930, a migração ocorreu de forma sazonal, havendo sempre o retorno para a casa da região de origem.³⁷ Num primeiro momento, porém, essa migração não vai romper com os laços familiares, pelo contrário. O objetivo desse tipo de migração era fortalecer a economia familiar, uma vez que o retorno para casa com certa poupança era quase certo. Entretanto, a partir da década de 1930, esses migrantes passam a se fixar em diversas regiões, perdendo o contato com seus familiares.³⁸

Uma das regiões onde houve maior estabilização de descendentes de libertos foi a Baixada Fluminense. Uma das motivações que levaram os descendentes de libertos a escolherem essa região foi a produção de laranja e o crescimento urbano no município de Nova Iguaçu. Atraídos pela oferta de trabalho, os filhos de libertos se estabilizaram na região a partir dos anos 30 e conseguiram obter sua pequena propriedade nos arredores do centro

34 Ibidem, p. 196 – 198.

35 Ibidem, p. 202 - 203

36 COSTA, 2008. op. cit., Cap. 2.

37 ESPADA, 2006 apud COSTA, 2008, p. 21.

38 COSTA, 2008, op. cit. p., 82 – 84.

produtor de laranja, onde as terras eram mais baratas. Vale ressaltar que nem todos os filhos de liberto foram trabalhar diretamente com a citricultura. Alguns descendentes de libertos foram trabalhar no comércio ou em outros trabalhos que não estavam ligados à lavouras.³⁹ Além disso, o saneamento básico realizado na região na década de 1930, acompanhado da eletrificação da ferrovia que corta a região também foram fatores atrativos.⁴⁰

No Vale do Paraíba, as trajetórias familiares se deram de formas bem diferentes. Além da migração de fazenda em fazenda, cunhado pela autora Ana Lugão Rios como o campesinato itinerante⁴¹, outros dois tipos de trajetória familiar foram observadas no pós-abolição.

Primeiro, nota-se a presença de famílias da região que conseguiram se estabelecer na mesma fazenda ou em fazendas próximas. Essas famílias não passaram pelas dificuldades enfrentadas por grupos itinerantes e nem relatavam explorações sofridas por eles ou seus ancestrais. Eram bem-vistos na localidade e possuíam sua própria roça. Essas famílias gozavam de prestígio na comunidade, sendo responsáveis pelas festas religiosas. Contudo, elas se isolaram socialmente, como observaremos adiante.⁴²

Além desse modo e estabilização das famílias, podem ser encontradas em diversos locais do Sudeste, comunidades formadas por descendentes de escravos que estão nas mesmas fazendas desde a Abolição. Essas comunidades são relativamente isoladas, possuem o grau de parentesco como principal traço, o casamento era realizado entre seus membros. O acesso à terra era garantido por tais comunidades que se dava através de doações de ex-senhores ou da compra. Logo, essas comunidades se diferem daquelas formadas ainda no tempo de do cativeiro por apresentarem projetos e concepções de liberdade distintas.⁴³

Como citado anteriormente, a região da Baixada foi o destino de muitos descendentes de libertos oriundos do Vale do Paraíba durante o pós-abolição, que se estabilizaram no local e trouxeram consigo seu modo de vida.

Para uma maior compreensão do tema estudado, é necessário traçar um panorama sobre a Baixada, discorrendo sobre a história e as transformações que ocorreram no local.

39 Ibidem.

40 Ibid.

41 RIOS, A, e MATTOS, H, op. cit., p. 195.

42 Ibidem, p. 212 – 220.

43 Ibid.

Além disso, também é preciso esboçar o panorama social da Baixada Fluminense, ressaltando os fatores que permitiram a estabilização da população migrante e das Folias de Reis por eles trazidas

Baixada Fluminense: uma breve história

Tomaremos como Baixada Fluminense a região que pertencia aos antigos municípios de Estrela e Iguassú (hoje conhecidos como os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Queimados, São João de Meriti, Japeri, Belford Roxo, Paracambi e Mesquita). Essas regiões eram de extrema importância para a província do Rio de Janeiro, sobretudo na segunda metade do século XIX. Essa região era um importante entreposto comercial entre o Vale do Paraíba e o Porto do Rio de Janeiro. Além disso, havia uma boa quantidade de rios navegáveis, tendo os principais rios importantes, portos, como o de Iguassú e Estrela, por onde passava a produção de café que era levada de barco até a Baía de Guanabara.⁴⁴

Em 1854, foi inaugurada a primeira estrada de ferro do Brasil pelo Barão de Mauá, que partia de Mauá em direção a Vila de Estrela. O porto de Estrela, um dos mais importantes do Rio de Janeiro no século XIX, começou então a entrar em declínio, perdendo sua importância.⁴⁵ Já em 1858, D. Pedro II inaugurou a segunda estrada de ferro do Brasil, partindo de D. Pedro II e chegando até Queimados, em Iguassú. A estrada chegou a Minas Gerais em 1880, tornando o transporte de café até o Porto do Rio de Janeiro mais rápido e eficiente.⁴⁶

Com o crescimento das ferrovias, houve o deslocamento do eixo comercial. Se antes as atividades comerciais se localizavam ao redor dos portos, a partir da segunda metade do século XIX, o comércio passou a se desenvolver ao entorno das paradas de abastecimento dos trens. Com isso, houve o declínio das regiões que viviam em função de seus portos, como Iguassú e Estrela, que foi anexada ao município de Iguassú em 1896.⁴⁷

44 COSTA, 2008, op. cit., p. 74.

45 PEREIRA, Waldick. *Cana, Café e Laranja: História Econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: FGV/SEEC, 1977. p. 53.

46 Idem.

47 PEREIRA, op. cit. p., 55

Iguassú, por sua vez, enfrentou um surto de cólera e de malária que impossibilitou por, um tempo, a utilização dos rios. Parte dos moradores do local mudaram-se para Maxambomba, região que apresentou crescimento após a instauração da linha férrea no local. Além disso, a produção de laranjas no início do século XX também impulsionou o local economicamente.⁴⁸ Devido a esses fatos, a sede do município deixa de ser em Iguassu, Vila de Cava. Em 1916, Maxambomba passou a ser sede do município chamando-se Nova Iguaçu.⁴⁹

O café foi cultivado na região de Iguassú, embora não tenha constituído um ciclo econômico da região. As propriedades produtoras de café em Iguassú não eram grandes como no Vale do Paraíba. O café da região de Iguassú era utilizado para o mercado interno, não sendo exportado.⁵⁰

Waldick Pereira ressalta que o café não substituiu a cana, cultivado na região anteriormente. Segundo o autor, o café era produzido nos locais de terras elevadas, onde adaptou-se muito bem. Já a cana, continuava a ser cultivada nas terras baixas e nos vales da Baixada.⁵¹

Carlos Costa aponta que pouco se sabe sobre a quantidade e o uso de escravos na produção cafeeira na Baixada Fluminense. O autor afirma que, pelo fato da região ser um entreposto comercial, os escravos também eram levados para as principais regiões produtoras de café, como o Vale do Paraíba. Entretanto, havia uma quantidade expressiva de cativos na Baixada.⁵²

O modo de produção do café e o não tratamento do solo deu início ao processo de empobrecimento e erosão do solo. Não havia investimentos para a preparação ou recuperação do solo. Além disso, a região sofreu com a crise de mão de obra. Assim como em outros lugares do país, provavelmente, a alforria em massa também ocorreu nas lavouras de Iguassú às vésperas da abolição. Devido a esse fato, a região careceu de mão de obra, sobretudo servil. Mesmo diante dessa dificuldade, segundo Pereira, não houve uma tentativa de implementação da mão de obra imigrante na região.⁵³

48 COSTA, 2008, op. cit., p. 75

49 Idem.

50 PEREIRA, op. cit. p., 77

51 Ibidem, p. 87.

52 COSTA, 2008, op. cit., p. 77

53 PEREIRA, op. cit., p. 90.

Somado a esses fatos, a mudança da sede para Maxambomba e a implementação do trem de ferro, também contribuíram para o fim da cafeicultura na Baixada Fluminense.⁵⁴ Os proprietários de terra da região começaram a lotear e vender suas terras, dividindo-as criando um mercado de pequenas propriedades. Desse modo, pequenas e diversificadas produções foram iniciadas na região. A produção de laranja passa a ser, então, uma opção econômica para grande empresários e pequenos agricultores.⁵⁵

No Brasil, a laranja já era produzida no século XIX, direcionada para o mercado interno. As primeiras laranjas exportadas foram produzidas em São Gonçalo, através o Rio da Prata em 1886, e dois anos mais tarde, a laranja foi comercializada para São Paulo. A partir daí, a produção de laranja começou a se espalhar pelo estado do Rio de Janeiro, aproveitando as terras loteadas, antes ligadas à produção de cana e café.⁵⁶

Em Nova Iguaçu, o cultivo de laranja foi impulsionado durante o governo estadual de Nilo Peçanha, que apesar de estar ligado politicamente aos produtores de café do Vale Paraíba, via na diversificação da agricultura uma saída para a crise econômica vivida no Estado.⁵⁷ Foi durante o seu governo que a região da Baixada Fluminense recebeu investimento em saneamento básico. Segundo Amália Dias, a Baixada ficou mais conhecida como uma região insalubre depois das reformas urbanas na capital Federal. O saneamento dessas áreas fez parte do projeto republicano, tendo como intuito torná-las habitáveis e produtivas.⁵⁸

Waldick Pereira apontou que o ciclo da laranja em Nova Iguaçu obteve sucesso devido a uma série de fatores ecológicos - como o clima propício, o relevo topográfico e o solo com pouca umidade - e fatores socioeconômicos - como o tradicionalismo das famílias de origem rural, aproveitamento das terras anteriormente improdutivas, a estrada de ferro, o apoio do governo e a proximidade com os grandes centros consumidores e exportadores.⁵⁹

Embora a citricultura fosse forte em Nova Iguaçu, os projetos e as leis emitidos pela Câmara Municipal visavam apenas a arrecadação de impostos. O poder local não apresentou

54 Idem.

55 COSTA, 2008, op. cit., p. 88.

56 PEREIRA, op. cit., 114 – 115.

57 FERREIRA, M. 1994 apud COSTA, 2008, op. cit., p. 79.

58 DIAS, Amália. *Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*. Niterói, Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação, UFF, 2012. p. 45.

59 PEREIRA, op. cit., p. 118.

um projeto efetivo para a expansão do plantio de laranja na região. Porém, esse quadro modificou-se quando Nilo Peçanha iniciou o programa de incentivo a fruticultura.⁶⁰

Com a produção de laranja, cresceu a necessidade de mão de obra. Os chacreiros, donos das propriedades produtoras de laranja, procuraram implementar a parceria, a meação e o trabalho assalariado, temporário ou permanente como forma de atrair trabalhadores. Surge, dessa forma, diversas formas de arranjo de trabalho em Nova Iguaçu.⁶¹

No início da produção de laranja, o trabalho temporário foi amplamente utilizado. Esses trabalhadores ocupavam os cargos menos prestigiados. Segundo Carlos Eduardo da Costa,

“A eles, não eram permitidas a construção de casas e/ou pequenas plantações na propriedade. Eram convocados duas vezes por ano, para a capina e para a colheita, ou seja, um trabalho tipicamente sazonal.”⁶²

Ou seja, os trabalhadores só eram convocados periodicamente, para a capina ou para a colher a laranja. Além disso, não era possível que a população migrante se fixasse em Nova Iguaçu, já que não poderiam construir residência. O trabalhador migrava do Vale Paraíba para a Baixada apenas quando solicitado, retornando para casa nos períodos entre as safras. Portanto, a migração, nessa época, também era sazonal.

Se o trabalho era sazonal, o processo migratório também o era. Como dito anteriormente, os trabalhadores oriundos do Vale do Paraíba migraram para a Baixada Fluminense em busca de trabalho, uma vez que com a entrada do gado, a oferta de trabalho diminuía consideravelmente. Porém, esses trabalhadores voltavam para suas terras, mantendo os laços familiares.⁶³

É a partir da década de 1920 que a população começou a aumentar e a se fixar na Baixada, justamente com o aumento da produção de laranja. A população que chegou na região passou a morar nas chácaras onde trabalhavam, resultando no crescimento da população rural, e se concentrando nas áreas produtoras da sede de Nova Iguaçu.

Vale ressaltar que a maior parte da plantação de laranja do município, assim como a

60 Idem.

61 COSTA, 2008, op. cit., p. 83.

62 Idem.

63 Ibidem, p. 85

população, se concentravam na sede do município de Nova Iguaçu.⁶⁴ Desse modo, a sede apresentava características tanto urbanas quanto rurais. A cidade contava com a presença de prédios comerciais, cinema, prefeitura, entre outros. Contudo, esse núcleo urbano era cercado de laranjais.⁶⁵

A produção de laranja valorizou as terras no distrito-sede, o que teria dificultado a fixação da população migrante no local. Porém, nos distritos mais afastados, como São João de Meriti, Nilópolis e Duque de Caxias, o preço da terra se manteve baixo. Tais locais apresentaram um loteamento de terra precoce, permitindo que a população se fixasse na região, resultando em um grande crescimento urbano.⁶⁶

Além do baixo preço das terras, outros fatores atraíram a população para a Baixada Fluminense. As obras de saneamento básico realizadas na década de 1930, por exemplo, tornaram essas regiões próprias para moradia. Outro fator atrativo foi a eletrificação da linha férrea em 1935.⁶⁷

Segundo Amália Dias, os distritos de São João de Meriti, Nilópolis e Duque de Caxias foram impactados com as reformas urbanas que aconteceram na Capital Federal no início do século XX. A população mais pobre foi levada através do trem para essas regiões, que começaram a ser habitadas no entorno das estações ferroviárias.⁶⁸

Na década de 1940, esses distritos não possuíam mais terras para o loteamento. Devido ao crescimento populacional e a característica urbana desses locais, teve início os processos de emancipação. Duque de Caxias se emancipou em 1943. Já São João de Meriti e Nilópolis se emanciparam em 1947.⁶⁹

Segundo Waldick Pereira, o declínio do ciclo da laranja iniciou no início da década de 1930, sendo paradoxal, uma vez que é justamente nessa década que a citricultura começou a se expandir. Segundo o autor, a mosca do mediterrâneo seria uma das culpadas pelo fim da citricultura. Outro fator que contribuiu para a crise foi paralisação da navegação de comércio, causada pela Segunda Guerra Mundial. Além disso, o país vivia uma crise econômica também

64 DIAS, op. cit., p. 52. Ver nota 73 da página.

65 Idem.

66 COSTA, 2008, op. cit., p. 90.

67 Ibidem, p. 91.

68 DIAS, op. cit., p. 56

69 Idem.

por causa da guerra. Por isso, o mercado interno não foi capaz de consumir grande quantidade de laranjas.⁷⁰

Carlos Eduardo da Costa afirma que a crise da laranja contribuiu de forma significativa para a estabilização populacional na região.⁷¹ Uma das saídas para sair da crise encontrada pelos citricultores foi o loteamento das propriedades. Segundo Pereira, houve uma intensificação dos loteamentos entre 1941 e 1945.⁷²

Se até a década de 1920 a migração era sazonal, a partir da década de 1930 essa população migrante passou a se estabilizar. Essa população buscou aliar o trabalho remunerado com sua pequena produção em suas propriedades, localizadas ao redor das plantações de laranja. Na década de 1940, finaliza-se o processo de migração e estabilização da população oriunda do Vale do Paraíba.⁷³

Grande parte dessa população que vem ocupar a Baixada Fluminense é oriunda do Vale do Paraíba. Essa população, formada principalmente por descendentes de libertos, migrou para a nova região em busca de trabalho e terra, sendo atraídos pela oferta de trabalho ligado direta ou indiretamente à citricultura. Ao se fixar na região, os descendentes de libertos levaram consigo não apenas sua força de trabalho, mas também sua religião, suas festas e suas manifestações culturais. A seguir, veremos como uma dessas manifestações, a Folia de Reis, chegou na Baixada Fluminense e como ela pôde se manter nesse novo lugar.

70 PEREIRA, op. cit., p. 146 – 147.

71 COSTA, 2008. op. cit., p. 92.

72 PEREIRA, op. cit. p., 144.

73 COSTA, 2008. op. cit., p. 93.

Capítulo 2 – Cultura Afro-brasileira e Fronteira étnica.

O objetivo desse capítulo é tecer uma breve discussão sobre cultura e identidade negra no país. Além disso, apresentaremos os aportes teóricos que serviram de embasamento para a pesquisa.

Em meio à efervescência das teorias raciais, presentes em todo o mundo, parte dos intelectuais brasileiros estava na contramão das ideias propostas pela maioria da elite.

Pensamento bastante comum da época, pautado pelo darwinismo social, negros e mestiços eram vistos como a causa de todos os males do Brasil. Eram considerados indisciplinados, não civilizados, preguiçosos e cientificamente inferiores, levando o Brasil a uma situação de atraso. Logo, a saída encontrada pela elite e pelo governo para acabar com as mazelas do país foi o branqueamento da população.⁷⁴

Entretanto, esse pensamento não era unânime. Como foi dito acima, parte dos intelectuais enxergava de formas distintas a presença do negro na sociedade brasileira. Para eles, a cultura brasileira, marcada por diversas outras que tiveram contato aqui, era a marca da identidade do país. A mestiçagem foi posta por tais intelectuais como mito da nossa origem.⁷⁵ Na República. Ela percebe que mesmo aqueles que defendiam a cultura afro-brasileira e eram contra o preconceito de cor, não estavam livres das concepções racistas da época. Contudo, tais intelectuais discutiram as relações entre as diversas etnias, propondo uma breve concepção de democracia racial, levantada posteriormente por Gilberto Freyre.⁷⁶

Para Tiago de Mello Gomes, a ideia de democracia racial proposta pelos grupos dominantes, foi utilizada pelos afro-brasileiros para sustentar suas lutas pela igualdade. O autor também apresenta suas análises sobre os discursos da época, que apontavam o Brasil como um lugar de boa convivência entre as raças. Para ele, esse ideal foi constituído pelas

74 DANTAS, Carolina “O Brasil café com leite. Debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na primeira república” In: *Revista Tempo*, Revista do Departamento de História da UFF, v. 13, p. 67-90, 2009. passim.

75 Ibidem.

76 Ibid.

elites, a fim de mascarar o preconceito de cor presente no país.⁷⁷

A cultura afro-brasileira esteve, por muitas vezes, no cerne das discussões acerca da identidade nacional. O samba, por exemplo, é o caso mais emblemático. Reprimido no passado, tornou-se símbolo da cultura brasileira e da identidade nacional.

As casas das Tias, muito comuns na cidade do Rio de Janeiro, são importantes redutos da cultura afro-brasileira. Essas casas, geralmente, eram palco de encontros e festas religiosas, sendo terreiros de Candomblé. Além disso, nessas casas acontecia o que se costumava chamar de batuques de preto. Dentre esses batuques, o samba ganhou lugar de destaque no pós-abolição. As Tias eram, geralmente, libertas ou filhas de escravos, que tinham ofício de quitandeira, estabelecendo grandes redes de sociabilidade que lhes garantiram prestígio e alguns privilégios.⁷⁸

As casas das Tias foram ganhando visibilidade cada vez maior. Tiago de Mello Gomes apresenta um debate entre as diferentes concepções acerca da importância desses locais. Mônica Pimenta Velloso, por exemplo, afirmou que esses locais foram focos de resistência cultural se contrapondo a uma alternativa de organização, diferente da rotina fabril.⁷⁹ Já Maria Clementina Pereira Cunha vai apontar como fatores para a aceitação maior desses grupos, em comparação com outros grupos da cidade, a relação entre seus membros com a elite e a solicitação à autorização da polícia antes de saírem com seus ranchos.⁸⁰

Dentre as casas das Tias, a historiografia chama a atenção para uma em especial: a casa da Tia Ciata. Alguns autores afirmam que essa foi a principal casa da cidade do Rio de Janeiro, tendo começado ali várias práticas que se espalharam para outras casas. Contudo, Tiago de Mello Gomes rebate essa afirmação. Para ele, outras casas foram redutos da cultura afro-brasileira na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, as práticas culturais desses grupos não se restringia ao samba. Na casa de Dona Ester, por exemplo, o jongo, o caxambu e o

77 GOMES, Tiago de Melo. Afro-Brasileiros e a Construção da Idéia de democracia racial nos anos 20. *Revista Linhas*, PPG-SC, vol. 8, n.º 1, 2007. passim

78 GOMES, Tiago de Mello. “Para Além Da Casa Da Tia Ciata: Outras Experiências No Universo Cultural Carioca, 1830 – 1930” In: *Afro-Ásia*. n. 29-30, 2003. passim

79 VELLOSO, Mônica Pimenta. *As tradições populares na belle époque carioca*. Rio de Janeiro: Funarte. 1988. apud GOMES, Tiago de Mello. “Para Além Da Casa Da Tia Ciata: Outras Experiências No Universo Cultural Carioca, 1830 – 1930” In: *Afro-Ásia* n. 29-30, 2003. p. 177.

80 CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecoss da folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras. 2001. apud GOMES, 2003. p. 178.

partido alto foram mais marcantes que o samba, pelo menos até a década de 1920.⁸¹

A produção musical, principalmente no início do século XX, se mostrou como uma ótima oportunidade de trabalho e inserção social. Eduardo das Neves, conhecido como “crioulo Dudu”, importante compositor da virada do século XIX para o XX, relatou em suas músicas temas importantes que estavam nas discussões dos intelectuais e da elite brasileira.⁸²

Sua obra tinha um caráter político e suas letras falavam, dentre as diversas temáticas, sobre patriotismo, relações sociais e a identidade do homem negro. Dudu, seja de forma cômica ou mais séria, fazia questão de falar sobre a identidade negra e criticar as desigualdades sociais.⁸³

Observa-se, portanto, que a herança cultural deixada pelos escravos foi marcante na sociedade brasileira. Ora reprimida, ora permitida e até mesmo prestigiada, a cultura afro-brasileira desempenhou um papel fundamental no que se refere a inclusão social do liberto e seus descendentes na Primeira República.

As Folias de Reis também vão se inserir nesse contexto. Ainda que sua origem seja europeia, os cortejos são realizados, em sua maioria, por negros e pardos descendentes de escravos. As Folias são uma manifestação cultural e religiosa que passou por processos de transformação para se manter viva, como veremos adiante.

A partir disso, surge a necessidade de dissertar o sobre o que se entende por cultura popular. Aqui, nos apoiaremos nas ideias da historiadora Martha Abreu, em seu livro *O Império do Divino*, no qual afirma utilizar esse termo com a finalidade de ampliar a visibilidade ao que considera pessoas populares: pessoas pobres, comuns, negros e imigrantes pobres, que compartilharam algumas manifestações, repressões e festas.⁸⁴

Para a autora, cultura popular que não deve ser conceituado, deve ser enfrentado:

“É algo tecido pelo historiador nas tramas sociais e documentais da história (...) O conceito emerge da própria busca do como as pessoas comuns, as camadas pobres

81 GOMES, 2003. op. cit., p. 183

82 ABREU, Martha “O ‘crioulo Dudu’: participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor (1890-1920)”. In: *Revista Topoi*. v. 11, n. 20, 2010. p. 92 – 99. passim.

83 Ibidem.

84 ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 28.

ou os populares (ou pelo menos o que se considerou como tal) criavam e viviam seus valores (...) considerando sempre a relação complexa, dinâmica, criativa e política mantida com os diferentes segmentos da sociedade.”⁸⁵

Baseado nas ideias de Martha Abreu, as Folias de Reis fazem parte da cultura popular, uma vez que são compostas por pessoas pobres, moradoras de periferias, trabalhadores que enfrentaram o processo da migração e da estabilização em novo lugar; do negro descendente de liberto que traz consigo a liberdade sem garantias. Pessoas que compartilharam experiências semelhantes.

Para analisar as Folias de Reis da Baixada Fluminense, utilizaremos trabalhos que irão nos fornecer aporte teórico no que se referem à noção de cultura. O antropólogo Fredrick Barth entende que a cultura é distributiva, compartilhada por alguns e não por todos.⁸⁶ Nesse sentido, se a cultura não é compartilhada por todo o grupo, essa cultura não sobrevive. Barth aponta que o compartilhamento de uma mesma cultura deve ser visto como consequência e não como um fator principal ou definidor da organização de um grupo étnico.⁸⁷ Além disso, entende que a cultura comporta acréscimos diversificados, com uma grande quantidade de detalhes, sendo fundamental para o entendimento da humanidade.

Estando a cultura em fluxo constante, os materiais culturais não ficam estagnados, uma vez que a experiência das pessoas sempre insere algo novo.⁸⁸ Esse trânsito de pessoas permite que aspectos culturais se transformem, muitas vezes garantindo a manutenção de determinados grupos e identidades étnicas. Ao analisarmos as Folias de Reis, tentaremos perceber as mudanças que ocorreram dentro das folias, a partir do contato com outros grupos ou com outras manifestações culturais, e o que isso pode ter contribuído para a manutenção das Folias na Baixada.

Um determinado grupo étnico se diferencia do outro a partir de sua fronteira étnica. Para Barth, ao contrário da visão simplista que ainda persiste em alguns estudos, a fronteira

85 Ibidem.

86 BARTH, Fredrik. "A Análise da Cultura nas Sociedades Complexas". In: *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. (org) Lask, Tomke. Rio de Janeiro, Contracapa, 2000. p. 128.

87 _____. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P., STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1998. p. 29.

88 _____. *Etnicidade e o Conceito de cultura*. Niterói, Antropolítica, n. 19, 2005. p. 17.

étnica não depende do isolamento de um determinado grupo. Depende, na verdade, é do contato com um grupo étnico distinto. Além disso, as relações sociais não só ultrapassam as fronteiras como se baseiam nas diferenças étnicas. Será essa distinção que vai estabelecer a fronteira e fazer com que determinado grupo se reconheça. Ou seja, será a partir do contato com uma cultura diferente que se reconhece enquanto membro de um determinado grupo.⁸⁹ Ainda sobre fronteira étnica, o autor ressalta que é através dela que um grupo étnico se estrutura e não a partir do seu núcleo.⁹⁰ Nesse sentido, podemos analisar um grupo de Folia de Reis a partir do contato com outro grupo. Porém, ainda que esses grupos apresentem diferenças, há algo em sua estrutura que permite identificá-los como Folias.

O fator ecológico influencia no comportamento de um grupo étnico. Segundo Barth,

“é razoável esperar que um dado grupo étnico, distribuindo-se sobre um território que apresenta circunstâncias ecológicas variáveis, mostre uma diversidade regional de comportamentos institucionalizados manifestos que não reflete diferenças de orientação cultural.”⁹¹

Ou seja, se determinado grupo étnico se espalha por regiões que apresentem condições ecológicas distintas, as reações desse grupo também serão distintas, variando de acordo com o ambiente. Entretanto, o autor ressalta que as diferenças encontradas dentro de um grupo étnico não significa que esse grupo perdeu sua unidade.⁹² Se o Vale do Paraíba é caracterizado pelo rural, ao migrar para a Baixada Fluminense as Folias encontrarão um ambiente mais urbano. Buscaremos analisar as reações e os mecanismos que as Folias utilizaram para se adaptar a esse novo ambiente.

Se o ambiente afeta o modo de vida e ajuda a constituir uma cultura, ele também afeta as relações ente os grupos étnicos e determina o tipo de interação entre eles. A interação nem sempre é amistosa. Ela pode se dar através do comércio ou dos rituais, como pode se dar através da disputa por recursos.⁹³ Nesse sentido, é necessário que se pesquise as formas de interação entre os grupos de Folias de Reis na Baixada Fluminense.

89 BARTH. op. cit. 1998. p. 26.

90 Idem.

91 Ibidem, p. 30.

92 Ibidem, p. 30-31.

93 Ibid. p. 40.

Outro ponto que pode gerar tensões entre os grupos é a demografia, uma vez que o tamanho de uma população pode gerar desequilíbrio e instabilidade. O trânsito desses grupos étnicos podem aliviar essas tensões. Aqui, ressaltamos a colaboração do autor no que se refere a migração, quando ele ressalta que “*a migração e as conquistas tem papel intermitente da redistribuição das populações e nas mudanças de suas relações*”.⁹⁴ Nesse sentido, se faz necessário uma análise acerca das mudanças ocorridas nas Folias de Reis provocadas pela migração, uma vez que essa mudança de região pode acarretar na transformação ou permanência de uma identidade ou fronteira, uma vez que isso dependerá das circunstâncias políticas, econômicas, sociais, ecológicas, entre outros fatores.

Barth entende a identidade étnica como “*um conjunto culturalmente específico de padrões valorativos*”.⁹⁵ A manutenção de uma identidade étnica pode não ocorrer em condições desfavoráveis, caso ocorra a quebra desses padrões valorativos. Ao traçar o panorama das Folias de Reis na Baixada Fluminense, pretendo analisá-las enquanto grupo étnico que muda de região, analisando seus padrões valorativos que permitem que esses grupos sejam reconhecidos como unidade, ainda que apresentem algumas diferenças.

Sobre as continuidades e mudanças ocorridas, Sidney Mintz e Richard Price nos dão uma nova perspectiva sobre como analisá-las. Ao fazer um estudo sobre os “africanismos”, eles sugerem que devemos comparar “*não os aspectos estruturais das representações culturais africanas e diaspóricas, mas o que essas representações significam, pretendem e expressam*.”⁹⁶ Ou seja, pretendemos analisar o que significam as mudanças e as continuidades nas Folias de Reis, bem como as visões de mundo desses foliões.

Entendemos que os foliões interagem com indivíduos de diversos grupos étnicos distintos, uma vez que a configuração populacional da Baixada Fluminense era diversificada, compreendendo, portanto, que nesse espaço, culturas diferentes interajam.

Luis Nicolau Parés aponta que o âmbito religioso é um rico espaço cultural para as articulações das diferenças culturais.⁹⁷ A partir disso, analisaremos as diferenças culturais

94 Ibidem, p. 42.

95 Ibidem, p. 48 – 49.

96 MINTZ; PRICE apud PAIRÉS, Luis Nicolau. *A Formação do Candomblé: História e Ritual da Nação Jeje na Bahia*. Campinas: Editora Unicamp, 2007. p. 14.

97 PAIRÉS. op. cit., p. 17.

presentes na região através das folias.

Em contato com as Folias, podemos observar que a maior parte dos foliões são negros, muitos deles descendentes de migrantes. Mesmo as Folias de Reis sendo de origem europeia, no Brasil elas se transformaram e ganharam elementos afro-brasileiros.

Capítulo 3 - As Folias de Reis.

No dia 07 de janeiro de 2012, presenciei meu primeiro encontro de Folias de Reis. Era a festa do Arremate da Folia Estrela Nossa Senhora do Rosário, que tem como Mestre a Dona Mariana, falecida em 2013. A festa foi realizada na casa de D. Mariana, na Chatuba, Município de Mesquita, na Baixada Fluminense.

Quando cheguei à festa, a estreita rua onde D. Mariana mora ainda estava vazia. O grupo estava fazendo as rezas na varanda da casa, onde havia um altar modesto, que servia para colocar as bandeiras. As cantigas versavam sobre São Sebastião, já que o Dia de Reis já havia passado.

No decorrer da reza, a rua foi ficando cheia. A rua principal, transversal a rua onde mora D. Mariana, contava com barraquinhas de comida e bebida, mostrando certa mobilização da população local.

Os palhaços estavam do lado de fora casa. A Folia de D. Mariana contava, nesse dia, com quatro palhaços, um deles era criança. Com o fim da reza, os palhaços puderam começar a se apresentar. Quem vê uma Folia de Reis pela primeira vez pode ficar intrigado com a figura do palhaço. Embora sejam bem feitas – de modo geral – as máscaras que os palhaços utilizam podem ser assustadoras, algumas inclusive, possuem chifres.

A brincadeira do palhaço, chamada chula, é o momento descontraído do festejo. Com danças, saltos e cambalhotas, versos e rimas, os palhaços divertem e animam quem está assistindo. Seus passos são copiados pelas crianças, que se divertem com as acrobacias.

Terminada a chula, o grupo de D. Mariana foi jantar e descansar. Porém, não muito tempo depois, a primeira folia visitante chegou iniciando um novo ritual. A folia anfitriã deve, então, recepcionar a folia visitante, que coloca sua bandeira no altar.

No decorrer da noite, vários grupos de folias se apresentaram. Em conversa rápida com os mestres, pude perceber que a maior vinha do Vale do Paraíba, seja dos municípios do estado do Rio, seja dos municípios do estado de Minas. Depois de mudarem de região, esses grupos se espalharam não apenas pela Baixada Fluminense, mas por toda região metropolitana.

Aproximadamente dois anos depois, no dia 11 de janeiro de 2014, fui a outro encontro de Folias de Reis. Esse encontro foi realizado em Nova Iguaçu, no bairro do Caonze, sendo promovido por um entusiasta do festejo. Edson Sigolo. Esse encontro foi mais corrido que o outro, não sendo possível conversar com quase nenhum dos mestres das folias.

As folias que chegavam pra se apresentar no Caonze eram de diversos lugares da Baixada Fluminense. Quando chegavam, colocavam sua bandeira no altar improvisado e dirigiam suas rezas a São Sebastião, mas sem esquecer dos Santos Reis.

Nesse evento, surgiu a oportunidade de conversar com o Mestre Nêgo, da Folia Boas Novas de Belém. Em um rápido bate-papo, Mestre Nêgo contou que seu avô realizava folias no lugar onde viveu, em Minas. Mudou-se para Queimados, na Baixada Fluminense onde deu continuidade ao festejo. Seu filho deu prosseguimento ao grupo até falecer. Mestre Nêgo herdou a folia de seu pai, levando para Austin, Nova Iguaçu, onde realiza o festejo até hoje.

Nos dois encontros, foi possível notar a diferença entre os grupos de Folias de Reis. Alguns se mostraram sem muitos recursos, com roupas e instrumentos mais simples. Outros apresentavam roupas mais bem acabadas, instrumentos personalizados e um maior número de foliões. Porém, apesar das diferenças, todos esses grupos apresentavam características típicas de Folias de Reis, permitindo que eles sejam identificados pelos próprios participantes e pelos espectadores como tais.

As Folias de Reis representam a jornada dos Três Reis Magos até Belém para visitar o menino Jesus que acabara de nascer. De acordo com folcloristas da década de 1960 e 1970, são inseridas no Brasil pelos portugueses no período colonial e difundidas para promover a catequese.⁹⁸

As jornadas das folias produzem o caminho feito pelos Santos Reis. Também chamadas de giro, são realizadas durante o período natalino, começando no dia 24 de dezembro e prosseguindo até o dia de Reis, 06 de janeiro. No Rio de Janeiro, a festa se estende até o dia 20 de janeiro, dia de São Sebastião, demonstrando uma importante devoção não apenas aos Santos Reis, mas a outros santos católicos.⁹⁹ Contudo, suas atividades não ficam presas apenas

98 COSTA, 2011, op. cit., p. 393.

99 CASTRO, Z. M.; COUTO, A.P. *Folias de Reis. Cadernos de Folclore*. Rio de Janeiro: Arte-FUNARTE, 1977. n° 16.

a esse período, uma vez que há os ensaios, denominadas festas do arremate, ao longo do ano.¹⁰⁰

O giro representa, também, uma homenagem aos amigos. Ao levar a bandeira na casa de outras pessoas, o cortejo leva as bênçãos e as graças, uma vez que, como veremos adiante, a bandeira é um símbolo sagrado dentro das Folias.

Segundo Wagner Chaves, o sentido da Folia é reproduzir a viagem e a adoração dos Reis a menino Jesus, onde foram enganados e perseguidos pelos soldados de Herodes.¹⁰¹ Renato Mendonça Barreto da Silva aponta que durante o giro,

“As visitas nas casas realizadas pelas Folias, normalmente percorrendo grandes distâncias a pé, tem a finalidade de transmitir mensagens bíblicas, de paz e conforto, e dialogam com a longa e exaustiva jornada feita pelos Reis Magos, que segundo o mito, batiam nas portas a fim de recolher mantimentos para seguir viagem.”¹⁰²

Portanto, cada ponto do giro é justificado pelas ações dos Reis Magos durante sua viagem para conhecer o Menino Jesus. Nesse sentido, destaca-se a devoção aos Santos Reis e o caráter religioso das folias.

Embora tenham sido retratadas como folclore por alguns especialistas no tema, as folias são tidas pelos seus membros como religião.¹⁰³ A perpetuação das folias, por exemplo, se deve a um caráter religioso: o pagamento de promessas. Segundo Antonio Rodrigues da Silva, “o pagamento de promessas é o motor da ‘Folia’.”¹⁰⁴ Em geral, um folião entra para um grupo e Folia de Reis e lá deve permanecer por sete anos, ou múltiplos dele. Passado esse tempo e já

100 BITTER, Daniel. *A Bandeira e a Máscara: estudo sobre a circulação de objetos rituais nas Foias de Reis*. 2008. (Tese de Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2008. p. 47.

101 CHAVES, Wagner Neves Diniz. *Na Jornada dos Santos Reis: uma etnografia da Folia de Reis do Mestre Tachico*. (Dissertação de Mestrado). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2003. p. 121.

102 BARRETO da SILVA, Renato. *As Folias de Reis na Festa de Piabetá- RJ: O encontro na fé*. 2012. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

103 COSTA, 2011, op. cit., p. 395.

104 SILVA, Antonio Rodrigues da. *“Folias de Reis na Baixada Fluminense: reprodução das relações sócio-culturais do campo no tecido urbano*. 1987. 169f. Dissertação. (Mestrado em Ciências) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1987. p 61.

com as bênçãos concedidas, o folião pode parar de fazer folia, se assim desejar.¹⁰⁵

Outro fator importante relacionado à esfera religiosa das folias, é que diversos membros se declaram católicos e devotos de outros santos. Os giros das Folias de Reis são iniciados dentro da Igreja Católica. Porém, muitas vezes, algumas folias eram rejeitadas pelas Igrejas, o que pode ter ocasionado uma aproximação com as religiões de matriz africana, principalmente a Umbanda.¹⁰⁶

Andressa dos Santos Leite aponta que tanto na Umbanda quanto no Candomblé há uma maior aceitação com as folias, possibilitando que o giro seja iniciado dentro dos terreiros.¹⁰⁷ Para Antonio Rodrigues da Silva, a aproximação entre as folias e as religiões de matriz africana, principalmente a Umbanda, ocorre talvez pela presença do negro e pela identificação com grupos menos favorecidos da sociedade.¹⁰⁸

A organização das Folias

As Folias de Reis são compostas por no mínimo, 12 foliões – número que representa os apóstolos de Jesus. O grupo é composto por alguns personagens, organizados de acordo com uma hierarquia. Não por acaso, as roupas dos Foliões são fardas, caracterizando não apenas a hierarquia, mas a disciplina presente nos festejos.¹⁰⁹ O mestre é o chefe da folia, ocupando o topo da hierarquia. Ele tem a missão de manter a ordem e o funcionamento das folias, manter a disciplina, gerir o dinheiro e resolver os problemas do grupo, detendo o poder e a sabedoria. Geralmente, assume uma folia ou monta uma a fim de pagar uma promessa.¹¹⁰

O mestre da Folia é auxiliado pelo contra-mestre, posição logo abaixo do mestre. Ele é responsável por acompanhar a cantoria do mestre e dar suporte a ele. Esse cargo é delegado a

105 CASTRO e COUTO, op. cit., p. 17.

106 COSTA, 2011, op. cit., p. 395.

107 LEITE, Andressa dos Santos. *As Folias de Reis da Baixada Fluminense e o atravessamento das religiões de matrizes africanas*. Nova Iguaçu: UFRRJ/IM, 2010. p.19.

108 SILVA, op. cit., p. 152.

109 COSTA, 2011, op. cit. p. 393.

110 CHAVES, op. cit., p. 28

alguém de confiança do mestre, prioritariamente alguém da família, já que o contra-mestre provavelmente seria o substituto do mestre.¹¹¹

Além do alferes e dos palhaços que veremos adiante, os demais componentes das Folias estão ligados aos instrumentos. A variedade de instrumento varia de acordo com as folias, embora alguns estejam sempre presentes. O violão, a sanfona, a caixa, o tarol, o cavaquinho, o pandeiro e o bumbo estão sempre presentes. Outros instrumentos, como o triângulo e o reco-reco, estão presentes apenas em algumas Folias.¹¹² Dentre esses instrumentos, a sanfona ganha destaque, sua função é puxar as toadas e fazer os floreios entre o final de um verso e o começo da batida da caixa.¹¹³

A bandeira é o maior símbolo sagrado das Folias de Reis. Ela carrega o símbolo dos Reis Magos até o dia 6 de janeiro, dia de Reis, depois, muda-se o estandarte para o santo de devoção, que no Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense é São Sebastião. Elas são enfeitadas com fitas, papel de seda, espelhos pinturas e bordados, levando o nome do grupo de Folia no estandarte.

O antropólogo Daniel Bitter, em sua tese de doutorado, afirma que a bandeira é um símbolo dominante¹¹⁴, assumindo um caráter tanto material quanto imaterial, com valor simbólico e ritual para os foliões. Segundo o autor, o uso de bandeiras em cortejos e procissões no Brasil é uma herança portuguesa das corporações de ofício medievais, irmandades religiosas e companhias militares.¹¹⁵

A presença e a proximidade da bandeira geram expectativas nos devotos, fazendo com que estes esperem que lhes aconteçam alguma dádiva (caráter material). A bandeira é vista como detentora de poderes supramundanos.¹¹⁶ Nesse sentido, a bandeira ganha atributos cósmicos, se tornando um objeto capaz de mediar o mundo dos homens com o plano espiritual. Além disso, a bandeira é capaz de mediar a relação entre os homens e os deuses, ou antepassados, aproximando esferas separadas e distantes.¹¹⁷ A bandeira é carregada durante todo o

111 Ibidem, p. 32.

112 CASTRO e COUTO, op. cit., p. 12.

113 CHAVES, op. cit., p. 42.

114 TURNER, apud BITTER. p. 104.

115 BITTER, op. cit. p. 104.

116 Idem.

117 Ibidem, p. 112.

cortejo. O folião responsável pela bandeira é chamado de bandeireiro ou alferes. Sendo a bandeira o símbolo mais sagrado das Folias, seu cargo é de extrema importância. É ele quem vem a frente do grupo, sendo o primeiro a entrar e o último a sair das casas ou dos locais de apresentação.¹¹⁸

A participação feminina era proibida em muitos grupos de folias. No interior, as mulheres participavam como ajudante ou pastorinhas.¹¹⁹ Porém, Antonio Rodrigues da Silva resalta que, na Baixada Fluminense, a função de carregar a bandeira é uma das poucas que as mulheres poderiam exercer dentro de uma folia. Além dessa função, as mulheres eram responsáveis pela confecção das roupas, das comidas nas festas do arremate e, muitas vezes, ao canto.¹²⁰

A figura que mais chama atenção em uma Folia de Reis é o palhaço. Suas roupas são coloridas, usam máscaras geralmente assustadoras e um porrete que utilizam em suas brincadeiras durante a chula. Os palhaços representam os soldados de Herodes que perseguiram o Menino Jesus, representando o profano das folias.¹²¹ É frequentemente associado ao Diabo, só podendo entrar em uma casa amiga -casa na qual a folia pode entrar ou foi convidada-, sob certas condições especiais. Sua presença em Igrejas, porém, não é aceita.¹²² Embora esteja cercado de regras e restrições, os palhaços são o oposto da seriedade dos foliões, uma vez que eles representam o profano, a brincadeira e a desordem.¹²³

Bitter, porém, ressalta o caráter ambíguo dos palhaços. O autor mostra que em alguns estudos, os palhaços são vistos como os próprios Magos, disfarçados e brincalhões para despistar a atenção dos soldados. Outro ponto que apresenta ambiguidade é a relação entre os palhaços e a bandeira. Embora não lhe seja permitida se aproximar muito da bandeira, não lhe é recomendável se afastar demais dela.¹²⁴

118 CHAVES, op. cit., p. 37

119 FONTOURA, Sonia M.; CELLURARE, Luiz H.; e CANASSA, Flávio A., apud COSTA, 2011, op. cit., p. 400.

120 Aqui, vale ressaltar a Folia de Reis de Dona Mariana, na Chatuba de Mesquita. Dona Mariana é dona e mestre de sua Folia de Reis. Ver SILVA, op. cit. 1987. p. 67 – 68.

121 SILVA, op. cit., p. 57.

122 CASTRO, Z.M; COUTO, A.P. op. cit., 1977. p. 15.

123 BITTER, op. cit., p. 151.

124 Ibidem, p. 155 – 156.

A chula do palhaço é o momento profano da folia, lugar de subversão. As chulas são realizadas ao ar livre, do lado de fora da casa. Nesse momento, os palhaços versam sobre várias situações, seja sobre a folia ou os santos devotados -Santos Reis e São Sebastião-, seja sobre acontecimentos cotidianos. Nesse momento é comum um palhaço desafiar o outro. É também durante a chula que os palhaços dançam, pulam e realizam suas acrobacias.¹²⁵

A Festa do arremate marca o fim do giro das Folias de Reis. Cada folia promove sua festa do arremate, que costuma durar a noite toda. Nessas festas, diversas folias convidadas aparecem mostrando seu cortejo. Segundo Antonio Rodrigues, a festa do arremate na Baixada Fluminense é a responsável pela manutenção das redes de sociabilidade, uma vez que há o encontro de diversas folias.¹²⁶

Folias de Reis na Baixada Fluminense

Antonio Rodrigues da Silva trabalha com as Folias de Reis na Baixada Fluminense na década de 1980. Sua dissertação de mestrado em Ciências?? aponta caminhos para a pesquisa da temática. Nela, o autor define as “*Folias de Reis como uma festa de fé que, transposta para a cidade, transformou-se de uma festa entre parceiros no campo numa festa camponesa entre urbanos.*”¹²⁷

Ou seja, ao ser transposta para a Baixada Fluminense, local de características urbanas, as Folias serão consideradas festas camponesas, realizada por aqueles que mudaram do campo para a cidade e levaram consigo seus costumes tipicamente rurais.

Uma das características das Folias de Reis no meio rural são os laços de solidariedade. No tecido urbano essa característica permanece. Em matéria para o Diário de Notícias em que fala sobre os elementos do folclore carioca, citando Folia de Reis, Edison Carneiro comenta que os recém-chegados se entendem de tal maneira que formam verdadeiras comunidades. Embora retrate o quadro do Distrito Federal, essa informação nos dá uma pista sobre as redes de sociabilidade estabelecidas pelos migrantes e pelas Folias no novo espaço.¹²⁸

125 CHAVES, 2003, op. cit., p. 121.

126 SILVA, op. cit. p. 74.

127 Ibidem, p. 111.

128 CARNEIRO, Edison. Elementos novos no folclore carioca. *Diário de Notícias*. 23 de janeiro de 1955. O

Essa rede de sociabilidade pode estar relacionada ao trabalho. Silva mostra que muitas vezes as Folias de Reis conformam um espaço para a troca de serviços e reafirmação de laços de amizade.¹²⁹ Portanto, tanto o giro das Folias que promovem as visitas às casas amigas, quanto a Festa do Arremate, que promove o encontro de diversas Folias, são fundamentais para manutenção das redes de sociabilidade entre os foliões.

Se a relação entre os foliões apresenta certo nível de cordialidade, com o restante da comunidade nem sempre foi assim. De acordo com matéria no Diário da Manhã, a repressão policial contra as Folias em Nova Iguaçu era bem forte, quase causando o desaparecimento das Folias, que teria reaparecido em 1947. Os motivos para isso seriam as licenças exigidas consideradas absurdas, além das chantagens, que ameaçavam “cagoetar” as Folias.¹³⁰

Os órgãos federais e estaduais responsáveis pela cultura apoiavam diversas manifestações populares. A Comissão Nacional de Folclore realizava encontros e promovia festas com apresentação de Folias de Reis. Em Nova Iguaçu, as apresentações ocorriam com o apoio da prefeitura. Porém, mesmo com o apoio governamental, a repressão policial continuava.¹³¹

Era recorrente que os foliões fossem presos. Francisco Manoel Brandão afirma que, diversas vezes, teve que retirar os foliões da cadeia. Segundo ele, os policiais abordavam os foliões de maneira agressiva e, já que “*os foliões não são de matéria plástica, o pau às vezes come solto.*”¹³²

Algumas mudanças foram necessárias para a manutenção das Folias, sem que afetasse as fronteiras que a define. Mesmo apresentando características do catolicismo, como a devoção aos Reis Magos e aos santos católicos, a fé em Deus e em Jesus, as Folias sofreram rejeição por parte de algumas Igrejas. Em Nova Iguaçu, tal fato pôde ser observado, em certa ocasião, quando as Folias de Reis foram expulsas da frente de uma Igreja, não citada pela fonte, onde seus manifestantes foram chamados de “negros ignorantes”.¹³³

jornal está digitalizado e se encontra no acervo digital da Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (ver hemeroteca).

129 SILVA, op. cit., p. 118

130 BRANDÃO, Francisco Manoel. Folias de Reis: censura e polícia. *Diário de Notícias*. 05 de janeiro de 1958. O jornal está digitalizado e se encontra no acervo digital da Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (ver hemeroteca).

131 Ibidem.

132 Idem.

133 Idem.

O motivo da repressão é algo que ainda carece de investigação. Porém, é válido supor que as Folias tenham tido uma conotação negativa frente as autoridades e, provavelmente, a população. Resgatando o discurso de vadiagem, as Folias poderiam ter sido caracterizadas como de ócio ou vadiagem, como uma forma de fugir do trabalho.

A saída encontrada pelos foliões para abrir suas folias em ambiente sagrado foi recorrer aos centros de Umbanda. Silva aponta outra perspectiva para essa aproximação, que exige mais investigação. Para o autor, a relação entre elas se deve a identidade da Umbanda em se aproximar das camadas mais pobres da sociedade, onde as pessoas tem oportunidade de expressar sua fé.¹³⁴

Outra mudança se refere ao giro das Folias de Reis. No Vale do Paraíba, por exemplo, as Folias saíam em jornada durante todo o período natalino, uma vez que os arranjos de trabalho da região não exigiam um ritmo de trabalho diário. Na Baixada Fluminense, devido as novas relações e formas de trabalho, no qual o folião deveria trabalhar todos os dias úteis, as folias saíam apenas aos fins de semana.¹³⁵

Todas essas mudanças e continuidades permitiram que as Folias de Reis chegassem até os dias atuais. Algumas mudanças ainda ocorreram dentro dos grupos, permitindo que o festejo se mantenha forte em alguns locais da Baixada Fluminense. Somado a isto, as Folias de Reis também ajudaram na inserção dos descendentes de libertos na Baixada Fluminense. Graças as redes de sociabilidade e solidariedade construídas e mantidas pelas folias, negros e pardos puderam reconstruir suas vidas e buscar novas oportunidades nesse novo lugar.

134 SILVA, op. cit., p. 110.

135 COSTA, 2011, op. cit., p. 400.

Conclusão

Com o fim da escravidão, as estruturas vigentes por séculos foram quebradas e desmanteladas. Os recém-libertos e os ex-senhores perderam as referências que definiam seus lugares na sociedade. Podemos perceber que as consequências da abolição não ocorreram de forma homogênea em todo o país. O que percebemos entre as semelhanças??? é o discurso de repressão à vadiagem, que se fez presente em diversos lugares do país.

O pós-abolição foi marcado pela busca de novos arranjos de trabalho e a busca pela terra. Nesse sentido, migrar para outras regiões mostrou ser uma das opções encontradas para muitos libertos e seus descendentes. A migração e a pequena propriedade foram vistas pela elite como forma de fugir do trabalho, mas para os libertos o significado era de liberdade, mobilidade e autonomia.

Em busca dessa liberdade, parte dos descendentes dos ex-escravos libertos do Vale do Paraíba migraram para a Baixada Fluminense, onde havia oportunidade de trabalho e terra. Esses migrantes foram atraídos pela oferta de mão de obra na citricultura. Com a crise da produção de laranja na década de 1940 e o loteamento das terras produtoras, os libertos puderam se estabilizar na região.

Concomitante a isso, a eletrificação da estrada de ferro e as obras de saneamento realizadas na região durante o governo de Nilo Peçanha também foram determinantes para Foi nessa jornada em busca de oportunidades que os negros trouxeram sua jornada de folias. Na Baixada Fluminense, elas significaram mais do que uma devoção, significaram uma forma de sociabilidade e sobrevivência.

Porém, para as folias se manterem, foram necessárias mudanças. Mudanças essas que não as descaracterizam e nem transformam as fronteiras que definem as Folias. Ainda que apresente elementos diferentes das folias encontradas no Vale do Paraíba, as Folias de Reis mantiveram elementos que permite que elas sejam caracterizadas como folias. Não há, portanto, nenhuma quebra de unidade ou estrutura.

O preconceito e o medo do desconhecido também provocaram mudanças. As Folias de Reis mesmo fazendo parte do catolicismo popular, muitas vezes não puderam iniciar seus ritos dentro das Igrejas, tendo que recorrer aos centros de Umbanda.

Ainda hoje é possível observar essas mudanças ocorrendo. A participação feminina, antes proibida, já é permitida em alguns grupos, alguns deles até comandados por mulheres. Isso garante a manutenção de um grupo de folias, uma vez que mais pessoas podem participar do festejo. Embora, vale ressaltar, em alguns grupos há completa ausência da figura feminina.

Aqui, é necessário mostrar a importância da Folia de Reis da Dona Mariana. Além de ter uma mulher como mestre, é possível observar a presença feminina em outros setores das Folias, principalmente nos instrumentos.

Em contrapartida, a Folia de Reis do Metre Nego, de Austin, ainda hoje é formado apenas por homens. Perguntado sobre ausência de mulheres, o Mestre Nego informou que não é permitida a participação feminina em seu grupo.

Os novos obstáculos trazidos pelo tecido urbano, obrigaram as folias a reduzirem sua jornada para os fins de trabalho. Na cidade, o trabalho não vai permitir que os foliões saiam durante os dias da semana. Durante esses dias, as únicas jornadas possíveis são as de trem e as de trabalho.

As jornadas das Folias de Reis, portanto, se confundem com a própria jornada dos foliões. As adaptações e mudanças se mostraram recorrentes, tanto para a manifestação quanto para o descendente de liberto, que saem de casa em jornada em busca de novas oportunidades. Assim, vão tecendo laços de solidariedade que vão ajudá-los em uma nova jornada.

Anexos:

Diário de Notícias, Gb., 5 jan. 1958, supl. lit.:5.

Diário de Notícias, Gb., 5 jan. 1958, supl. lit.: 5.

Folias de Reis – Censura e Polícia

Francisco Manoel Brandão

(Especial para o Diário de Notícias)

É lamentável e revoltante o quê vem acontecendo às Folias de Reis em Nova Iguaçu, ou melhor, no Estado do Rio.

Vai para quinze anos conseguimos fazer com que essas Folias ressurgissem nas festas que compreendem o ciclo natalino. Reunimos os velhos foliões e a todos os grupos formados demos estímulo e recurso, tanto de nossa parte como da cooperação de amigos e alguns serviços públicos, como sejam o SAPS e a Prefeitura de Nova Iguaçu, que nas administrações Udenistas de Arruda Negreiro e Luis Guimarães, que na do pessedista Ari Schiavo.

E foi com êsse estímulo inicial que começaram a aparecer nos municípios fluminenses vizinhos ao Distrito Federal e no próprio D. Federal os grupos de Foliões dos Santos Reis.

Até 1947 ninguém ouvia falar em Folia de Reis. Estavam mortas ou adormecidas essas tradições, por vários motivos, dentre estês assinalando a perseguição policial com licenças absurdas e chantagens de “CAGOETES” (alcagüetes), além do desinterêsse e na falta de estímulo na defesa e proteção de nossas vivências populares.

Promovendo festivais, conferências e palestras, levando essas Folias ao conhecimento do povo, de estudiosos e de autoridades de quem pretendíamos amparo e compreensão.

Na oportunidade do I Congresso Brasileiro de Folclore, realizado no Rio de Janeiro, em agôsto de 1951, e com a presença de Joaquim Ribeiro, Mariza Lira, Edson Carneiro, Wilson Rodrigues, Mário Ipiranga e outros participantes daquele Congresso, apresentamos, em um festival realizado no Grupo Rangel Pestana, em Nova Iguaçu, a Folia de Reis do

Chiquito de Mesquita, uma das mais bem organizadas e detentoras de tôdas as tradições dêsse belo auto popular.

E começaram a surgir Folias de todos os cantos, entusiasmados os seus Foliões com o aprêço que se vinha de lhes dar. Perante membros da Academia Brasileira de Letras e por solicitação de Peregrino Júnior; no Liceu Franco Brasileiro, por empenho de Renato Almeida; no Clube Militar, por ocasião da exposição de arte popular promovida promovida pela Biblioteca do Exército; no Parque da Gávea, atendendo solicitação do Departamento de Educação e Cultura do Distrito Federal; no Restaurante Popular da Praça da Bandeira, a chamado do general Ciro Carvalho de Abreu, seu diretor geral na oportunidade do Natal de 1954; perante o povo, intelectuais e instituições tudo fizemos para que os FOLIÕES fossem compreendidos e amparados.

A polícia, porém, extravasando ignorância na imbecilidade dos alcagüete (CAGOETES, como chama o povo), perseguindo e prendendo foliões, nunca tomou conhecimento do que se resolve em Congresso e Convênios celebrados com Prefeituras e Governos Estaduais.

Quem manda e desmanda nos Distritos, Vilarejos e Povoados do interior desse país maravilhoso é a polícia, é o “seu” cabo do destacamento, é o “cagoete” irresponsável, valentão, assecla de políticos e cabos eleitorais sem escrúpulos de qualquer espécie. E não adianta, para êles, nem lei, nem convênio, nem coisa nenhuma. E ficam os líricos e teóricos dos congressos a pensar que essas coisas se resolvem com a simples formalidade de uma declaração de princípios e promessas, de aprovação de teses e conclusões.

E a prova é esta: o Govêrno do Estado do Rio celebra um convênio com a Comissão Nacional de Folclore e a Assembléia Fluminense, sem tomar conhecimento de tal documento de acôrdo (e mesmo que dêle não tivesse conhecimento) vota uma lei que se apensa uma Taleba de taxas e emolumentos que arranca de fada Folia, como agora está acontecendo: perto de.... Cr\$ 1.000,00, afora as “grujas” exigidas “por fora”, desde aquela que impõe o “chefe” policial do destacamento ou Distrito.

Essa é a verdade, e para quem dela duvidar, nós agarraremos Folia e folião e tudo e vamos para a praça pública para provar essas coisas e outras. Só fazendo assim, porque doo contrário é chover no molhado.

Para se resolver essa questão de proteção ao folclores, etc., é preciso que saia uma Lei, clara, objetiva, votando as Assembléias Estaduais e as Câmaras Municipais leis iguais. É necessário que os Secretários de Interior e Justiça dêem e façam cumprir ordens a respeito do amparo e proteção às nossas vivências populares.

A Comissão Nacional de Folclore tem feito muito, não há negar, mas é preciso que as medidas aconselhadas sejam executadas, tenham força coercitiva e cominações contra os que lhe comprometem todo um trabalho de salvação, de aprêço e estímulo, de defesa do nosso patrimônio cultural, no domínio das criações espontâneas da consciência coletiva, da alma do povo.

Graças a êsse trabalho notável de Renato Almeida e seus companheiros começamos a ver qualquer resultado. O assunto não deve ficar, porém, no domínio da burocracia, de preocupações científicas e exegeticas. Para a pesquisa impõe-se ter o que pesquisar. Não havendo proteção ao tema ou motivo, ao elemento humano que lhe é fôrça e substância, causa e efeito, o que é que vamos estudar e pesquisar, coletar e interpretar?

É preciso, além do mais, que a ajuda se dê com recursos financeiros, com dinheiro. Conversa fiada não adianta, porque um metro de brim ou cetim lamê, um metro de fita, espelhos, flôres, sapatos, etc. custa, tudo isso, dinheiro, e dinheiro que vale o sacrifício da bolsa pobre dos homens que vivem por esses Brasis afora as nossas tradições. São raros os homens de recursos que ajudam. Faz pena ver essa gente se sacrificar para continuar mantendo nossas tradições.

Que é que faz a chama Recreação Operária, do Ministério do Trabalho? Que fazem outros serviços públicos com verbas e recursos vários endereçados à defesa e difusão de nossa cultura?

Outra providência que se faz necessária é junto à igreja. Sua Santidade o Papa abençoa e manda proteger o folclore por ocasião do Congresso Internacional do Folclore, realizado na oportunidade do IV Centenário da Fundação de São Paulo. D. Elder Câmara promove um festival folclórico, no Maracanãzinho, congregando representações de vários países, com os recursos da festa auxiliando o problema do amparo ao imigrante. Tudo certo, inteligente, bonito e perfeito.

Pois bem, em Nova Iguaçu, da frente da igreja, as Folias de Reis já foram enxotadas,

com a designação “negros ignorantes”. Não vem a pelo mencionar o nome do santo, pois a igreja não tem culpa da incompreensão e pobreza de espírito daqueles que não sabem ser a igreja a maior fonte de inúmeras tradições populares brasileiras.

Não foi, por outro lado, uma nem duas vêzes que tiramos Folias e foliões da cadeia. Então, se os foliões são eleitores do “seus” FULANO e o “cagoete” é cabo eleitoral do “seu” SICRANO, está criado o caso. O “cagoete” chega, solene, autoritário, importante, e dá o “teco” ou bota a Folia e os foliões para “jambrar”. E vai daí que os foliões mão são matéria plástica e o pau às vezes come sôlto. Tudo por causa do desamparo em que vivem essas criações do povo.

Agora que vamos no Ministério da Educação e na Secretária de Educação e Cultura do Distrito Federal órgãos protetores do nosso folclore, esperamos que tudo mude de figura e sejam os “cagoetes”, “tiras” e “cupichas” embargados nos seus desmandos por fôrças de medidas enérgicas e leis votadas.

Aproveitamos essa oportunidade para, como folclorista e brasileiro amante das tradições do seu país, transmitir ao prefeito da cidade de Natal, Rio Grande do Norte, bem como ao ilustre mestre Câmara Cascudo, as nossas felicitações pela bonita e inteligente ali se realiza no momento, sob amparo do poder público e o carinho dos companheiros que lutam e trabalham pela preservação dêsse tesouro espiritual que a alma do povo riograndense do norte guarda no seio de suas mais belas e ricas tradições.

Diário de Notícias – Domingo, 32 e, 2ª- feira, 24 de Janeiro de 1955.

Diário de Notícias – Domingo, 32 e, 2ª- feira, 24 de Janeiro de 1955. Ano XXV. Nº 9884

Elementos novos no folclore carioca

Edison Carneiro

(Especial para o “Diário de Notícias”)

Nestes anos difíceis o êxodo das populações para a capital está transformando o panorama folclórico carioca. Os passistas pernambucanos, organizados em clube que levam os nomes tradicionais do frêvo de Recife, Pás Douradas, Lenhadores, há anos invadem as ruas, no Carnaval, suscitando o entusiasmo popular. Num ou noutra ponto do subúrbio, aparece o boi. Já se fala até em jongo e catêrêê ...

Tem sido enorme, com efeito, a afluência de brasileiros de todos os cantos do país ao Distrito Federal. Uns vieram trazidos pela guerra, outros pela miragem de melhores condições de vida e ainda outros pelas calamidades naturais, como os flagelados pela sêca do Nordeste. Muitos regressaram, desiludidos, de navio, de trem, de “pau de arara”. A maioria fica, obstinada, cabeçuda, tentando sobreviver. E às vêzes os recém-chegados se entendem de tal maneira que formam verdadeiras comunidades regionais, como os paraibanos, que monopolizam os empregos em toda indústria de construção civil. Segundo o censo de 1950, o total de naturais de outras Unidades da Federação presentes no Distrito Federal eleva-se a 942.812 pessoas, de que destacaremos 360.324 fluminenses, 191.197 mineiros e.. 44.936 baianos.

Seria desnecessário insistir em que êsses nacionais, empreendendo a viagem para a Guanabara, não trouxeram consigo apenas os tarecos, os filhos pequenos, a força de trabalho que não tinha emprego nas suas terras de origem. Trouxeram hábitos, crenças, modos de falar, folguedos. E daí que agora estejamos a assistir a apresentação de elementos folclóricos antes completamente desconhecidos no Distrito Federal ou a reabilitação de

outros, que daqui foram banidos em passado não muito remoto.

Talvez seja êste o aspecto mais notável do quadro folclórico atual da Capital da República – e não só pelo aparecimento de diversões estanhas à paisagem carioca, mas também pela aceitação que encontraram no seio da sua população, a mais heterogênea do país sob o ângulo da naturalidade. Os pontos mais altos desse processo estão na folia de Reis e no frêvo e, em grau menos, na capoeira e no afoxé.

Da folia de Reis se pode dizer que ela era conhecida apenas nos Estados limitrofes – Minas Gerais, São Paulo, Estado do Rio. Existe, também, no Espírito Santo e no Paraná. Os pontos mais avançados das “companhias” estavam em Nilópolis e Nova Iguaçu, mas há poucos anos já eram notadas também em Caxias. Atualmente, há folias organizadas e atuantes em todos os pontos do Distrito Federal – em Irajá, no Sagueiro, no Jacarezinho, no Leme, no Leblon, na Gávea... Os foliões procedem de Minas Gerais e do Estado do Rio e quase todos eram, na terra natal, trabalhadores do campo. Nesta viagem para o Rio de Janeiro, a folia de Reis uma ligeira modificação o período de peregrinação, que ia da noite de Natal ao dia de Reis, se estendeu até o dia de São Sebastião, 20 de janeiro. Tão recente é esta modificação que alguns “mestres” de folia confessam, humildemente, o seu embaraço, por não estar o padroeiro da capital citado no Novo Testamento... As folias adquiriram mais vigor, com a sua chegada à orla metropolitana e, finalmente, ao perímetro urbano. Algumas delas são hoje mais numerosas do que a simples dúzia de foliões com que são conhecidas no interior: todos os figurantes têm uniformes a que, uns mais, outros menos, se pode aplicar o qualitativo de militares, e não andrajos; e se antes, apenas corriam o bairro, no máximo, agora cruzam todo o Distrito Federal, de um extremo a outro, e atravessam a baía, até Niterói, para encantar a população com a música dos seus instrumentos, os versos dos seus cantos bíblicos e a galhofa dos seus palhaços.

A capoeira de Angola está de regresso ao Rio de Janeiro, mas com outro caráter – como simples jogo de destreza. Os “moleques de Sinhá” deram muito o que fazer à polícia, desde que a capital brasileira passou de lá para cá. Feijó, o dr. Sampaio Ferraz e os republicanos que elaboraram o Código Penal de 1890 estabeleceram penas corporais e de destêrro para os capoeiras. O peor dos seus inimigos foi, entretanto, o major Vidigal, chefe de polícia nos começos do século XIX, um diabo de homem que parecia estar em tôda parte

com seus granadeiros armados de chicote:

Avistei o Vidigal,

Caí no lôdo.

Se não sou ligeiro,

Sujava-me todo.

Mais de meio século depois, a capoeira retorna ao teatro das façanhas de Manduca da Praia. Trazida pelos baianos, porém, a capoeira nada tem de agressiva, nem constitui ameaça a ordem pública. É a luta leal, a diversão entre amigos, em que sobressaíram, nos anos anteriores à guerra, o pescador Samuel Querido de Deus e o estivador Maré, da Bahia. O jôgo exige uma roda de assistentes, uma orquestra de berimbaus e pandeiros, canções próprias.

Como tá? Como tá?

Como tá? Como passô?

- Camunzerê!

Como tá o sinhô?

Como tá a sinhá?

Moram no Distrito Federal vários capoeiras da Bahia – quase todos os homens do pôrto ou do mar, conhecido por nomes de guerra como Velhinho, Comprido, Gato Preto, Cobrinha Verde, Martinez Júnior... o velho Henrique Pequeno, que foi mestre de muitos dêles, fabrica berimbáus, instrumento indispensável ao jôgo. O animador da capoeira é o velho marítimo Antenor do Santos, mineiro, ex-presidente da Escola de Samba Portela, mas o chefe do grupo – se se pode falar em chefe tratando-se de capoeira, e ainda mais com um grupo tão fluido como êste, que dificilmente se encontra reunido duas vêzes com os mesmos componentes, - é Joel Lourenço do Espírito Santo, seu genro, funcionário municipal, que, ágil e manhoto como um gato, encarna bem o tipo de Angola famoso nas crônicas da capoeira.

*Quebra,
Jeréba!
Tu quebra amanhã,
adespois já não quebra.*

Êste grupo de capoeiras exhibe-se regularmente em festas da Escola de Samba Portela - e o número de capoeiras disponível para a vadiação tem tido um crescimento razoável.

Além deste jôgo, os baianos vindos para o Distrito Federal trouxeram um cortejo – o afoxé, o maracatu da Bahia. Elementos que participaram, na Cidade de Salvador, do afoxé Filhos de Gandhi – Bráulio Bonfim, Milton Pinto e Alberto Pontes, - organizaram aqui um afoxé com o mesmo nome, que vem desfilando pela cidade no Carnaval, a partir de 1952. Como os da Bahia, este canta na rua cânticos do candomblé, não os “fortes”, mas os que se podem cantar sem insulto aos orixás, inclusive os dois cânticos tradicionais nesse cortejo

*Alá,
Alá ô
Alá*

*Afoxé Pôni
E afoxé
Afoxé Pôni ô*

Ao som se 14 atabaques pequenos (7 do tipo rum, 7 do tipo contra-rum), 6 cabeças e 8 agôgôs. Estruturalmente, porém, não guardou fidelidade ao modelo da Bahia, faltando-lhe um figurante indispensável, o Babalotim ou Babalotinho, versão masculina da Dama do Passo do maracatu, e as “balanas” que abrem a marcha dos afoxés. São cerca de 60 homens vestidos de branco, a cabeça protegida por turbantes, que desfilam dançando em passo ritual, na cadência dos cânticos religiosos africanos,

Baba okê

Okê já

Okê já

Sôdó

tendo ao centro o porta-estandarte e à frente sua ruidosa orquestra, - numa remota reprodução da pompa com que iam coroar-se os reis do Congo.

Não é possível prevêr, no momento, a repercussão que êsses elementos novos poderão ter no conjunto do populário carioca. Uma coisa é certa, porém, desde já, - a população do Distrito Federal os acolhe de braços abertos, proporcionando-lhes condições especiais de desenvolvimento e difusão. E, quando mais não seja, esta aceitação tolerante, curiosa e benévola, obriga o pesquisador a travar conhecimento com diversões e costumes de outras terras que procuram fazer-se em solo metropolitano.

Bibliografia:

ABREU, Martha "O 'crioulo Dudu': participação política e identidade negra nas histórias de um músico cantor (1890-1920)". In: *Revista Topoi*, v.11, n. 20., 2010.

_____. *O Império do Divino: Festas Religiosas e Cultura Popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999.

BARRETO da SILVA, Renato. *As Folias de Reis na Festa de Piabetá- RJ: O encontro na fé*. 2012. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

BARTH, Fredrik. "A Análise da Cultura nas Sociedades Complexas". In: *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. (org) Lask, Tomke. Rio de Janeiro, Contracapa, 2000.

_____. *Etnicidade e o Conceito de cultura*. Niterói, Antropolítica, n. 19, 2005.

_____. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P., STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

BITTER, Daniel. *A Bandeira e a Máscara: estudo sobre a circulação de objetos rituais nas Foias de Reis*. 2008. (Tese de Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2008.

CASTRO, Z. M.; COUTO, A.P. *Folias de Reis. Cadernos de Folclore*. Rio de Janeiro: Arte-FUNARTE, 1977.

CHAVES, Wagner Neves Diniz. *Na Jornada dos Santos Reis: uma etnografia da Folia de Reis do Mestre Tachico*. (Dissertação de Mestrado). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2003.

COSTA, Carlos Eduardo C. da. *Campesinato Negro no Pós-Abolição: Migração, Estabilização e os registros Cíveis de Nascimentos. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ. (1888-1940)*. 2008. 161f. Dissertação (Mestrado em História Social) – UFRJ, IFCS, Rio de Janeiro. 2008.

_____. A Folia de Reis e a migração de pretos e pardos no pós-abolição: Vale do Paraíba e baixada Fluminense (1888-1940). In: Martha Abreu; Matheus Serva. (Org.). *Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil*. Niterói: Eduff, 2011, v., p. 391-413.

DANTAS, Carolina “O Brasil café com leite. Debates intelectuais sobre mestiçagem e preconceito de cor na primeira república” In: *Revista Tempo*, Revista do Departamento de História da UFF, v. 13, p. 67-90, 2009.

DIAS, Amália. *Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*. Niterói, Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação, UFF, 2012.

FRAGA FILHO, Walter. “Outros itinerários de libertos no pós-abolição” In: *Encruzilhadas da Liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. 1. ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2006.

FONER, Eric. *Nada Além da Liberdade: a emancipação e seu legado*. Rio de Janeiro, Ed.: Paz e Terra, 1988.

GOMES, Tiago de Melo. Afro-Brasileiros e a Construção da Idéia de democracia racial nos anos 20. *Revista Linhas*, PPGE-SC, vol. 8, n ° 1, 2007.

_____. “Para Além Da Casa Da Tia Ciata: Outras Experiências No Universo Cultural

Carioca, 1830 – 1930” In: *Afro-Ásia*. n. 29-30, 2003.

HOLT, Thomas. A Essência do Contrato. In: SCOTT, Rebecca. *Além da Escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005.

LEITE, Andressa dos Santos. *As Folias de Reis da Baixada Fluminense e o atravessamento das religiões de matrizes africanas*. Nova Iguaçu: UFRRJ/IM, 2010.

MOSNMA, Karl “Vantagens de Imigrantes e Desvantagens de Negros: Emprego, Propriedade, Estrutura Familiar e Alfabetização Depois da Abolição no Oeste Paulista” In: *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 53, no 3, 2010.

NASCIMENTO, Álvaro “Um reduto negro: cor e cidadania na armada” in: GOMES, Flávio Santos (ORGS.) e CUNHA, Olívia M. G. *Quase-Cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

PAIRÉS, Luis Nicolau. *A Formação do Candomblé: História e Ritual da Nação Jeje na Bahia*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

PEREIRA, Waldick. *Cana, Café e Laranja: História Econômica de Nova Iguaçu*. Fundação Getúlio Vargas, SEEC, Instituto Estadual do Livro. Rio de Janeiro, 1977.

RIOS, Ana Maria Lugão Rios. “Campesinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto.” *Cadernos IHU idéias*, Unisinos, São Leopoldo, n. 76, 2007.

_____. & MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativo*. RJ: Cia das Letras, 2005.

SCOTT, Rebecca. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre (1860 – 1899)*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1991.

SILVA, Antonio Rodrigues da. “*Folias de Reis na Baixada Fluminense: reprodução das relações sócio-culturais do campo no tecido urbano*. 1987. 169f. Dissertação. (Mestrado em Ciências) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1987.

SOUZA, Sonia Maria “Conquista a Terra: uma tentativa de garantia e manutenção da autonomia camponesa no pós-abolição” IN: *Terra, Família, Solidariedade...: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870-1920)*. FUNALFA-EDUSC, 2007

VELASCO E CRUZ, Maria Cecília “Tradições Negras na Formação de um Sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. IN:- *Afro-Ásia*, n. 24, 2000.